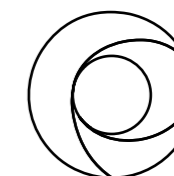


RELATÓRIO ANUAL 2016



RELATÓRIO ANUAL 2016



INB
INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL

Conselho de Administração

Renato Machado Cotta
Presidente

João Carlos Derzi Tupinambá
Vice-Presidente

Emília Maria Silva Ribeiro Curi
Conselheira

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Conselheiro

Adão Geraldo Dulce
Conselheiro (Representante dos Empregados)

Conselho Fiscal

Anderson Lozi da Rocha
Conselheiro Fiscal

Luiz Antonio de Mello Rebello
Conselheiro Fiscal

Bárbara Verônica Dias Mágero Viana
Conselheira Fiscal

Fernando Pedrosa Lopes
Conselheiro Fiscal (suplente)

Antonio Carlos Romeiro Messias da Costa
Conselheiro Fiscal (suplente)

Diretoria INB

João Carlos Derzi Tupinambá
Presidente

Marcelo Xavier de Castro
Diretor de Finanças e Administração

Giovani Moreira
Diretor de Produção do Combustível Nuclear

Laércio Aguiar da Rocha
Diretor de Recursos Minerais

Álvaro Luís de Souza Alves Pinto
Diretor Técnico de Enriquecimento
Isotópico de Urânio

Ivan Taveira Martins
Diretor Técnico de Enriquecimento
Isotópico de Urânio - até 28/04/2016

SUMÁRIO

| | |
|----|--|
| 6 | MENSAGEM DO PRESIDENTE |
| 8 | CULTURA INB |
| 10 | CARTA AOS ACIONISTAS |
| 12 | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO |
| 17 | RECURSOS MINERAIS |
| 20 | ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO DE URÂNIO |
| 23 | PRODUÇÃO DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR |
| 26 | PLANEJAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO |
| 28 | COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E CORPORATIVA |

| | |
|----|--|
| 30 | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS |
| 32 | BALANÇO PATRIMONIAL |
| 34 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO |
| 35 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| 36 | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA |
| 37 | DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO |
| 38 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE |
| 39 | NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS |
| 74 | RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES |
| 78 | PARECER DO CONSELHO FISCAL |
| 79 | BALANÇO SOCIAL |
| 80 | INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL |
| 84 | BALANÇO SOCIAL |

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Vencemos o difícil ano de 2016. Agora, podemos olhar o futuro com mais otimismo. Continuamos executando nossas atividades com segurança e qualidade, produzindo um combustível nuclear de alto desempenho para geração de energia elétrica, bem como abrindo novas frentes de negócio. Esperamos continuar, em 2017, a exercer plenamente nossas atividades, gerando resultados ainda mais positivos, garantindo à sociedade os benefícios de nossa atividade e o alto grau de segurança em nossas operações - premissas básicas para a ampliação das ações na área nuclear. Esses são os fundamentos para que a nossa empresa cresça em bases sólidas.

Para superar os desafios de 2016, buscamos caminhos que nos permitiram gerar recursos para retomar os investimentos na produção de urânio. Apesar de ainda não termos conseguido reverter totalmente os resultados financeiros dos últimos períodos, face à crise que se abateu sobre o País, a INB vem se adaptando aos novos tempos, reduzindo custos, investindo em melhorias e enfrentando com foco e determinação os desafios.

Temos claro o caminho a seguir e a convicção de que todas as decisões estratégicas que tomamos foram guiadas pela crença

na competência dos nossos colaboradores, na busca pela excelência empresarial, na ousadia e inovação. E, por isso, estamos certos de que vamos construir um futuro sustentável, com base na perpetuidade da missão para a qual a INB foi criada em 1988: "garantir o fornecimento do combustível nuclear para geração de energia elétrica, com segurança, qualidade, responsabilidade socioambiental, transparência e autosuficiência econômica".

Por fim, agradecemos o apoio que nunca nos faltou do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a atuação dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e a dedicação dos nossos empregados.

O ano de 2017 exigirá ainda muito mais de todos nós. Novos desafios irão nos impor uma engenharia econômico-financeiro-operacional cada vez mais complexa. Assim, em nome da diretoria da empresa, renovo nosso compromisso de construir para a INB um futuro com integridade, paixão, competência e sucesso.

João Carlos Derzi Tupinambá
Presidente



CULTURA INB

Missão

Garantir o fornecimento do combustível nuclear para geração de energia elétrica, com segurança, qualidade, responsabilidade social e ambiental, transparência e autossuficiência econômica, através da gestão integrada, da diversificação da linha de produtos e da autonomia tecnológica na sua fabricação.

Visão

Consolidar-se como parte importante e estratégica dentro da matriz energética nacional, sendo corresponsável pela geração de energia elétrica de maneira limpa, segura e econômica, colocando nosso país em posição favorável junto ao novo cenário mundial.

Valores

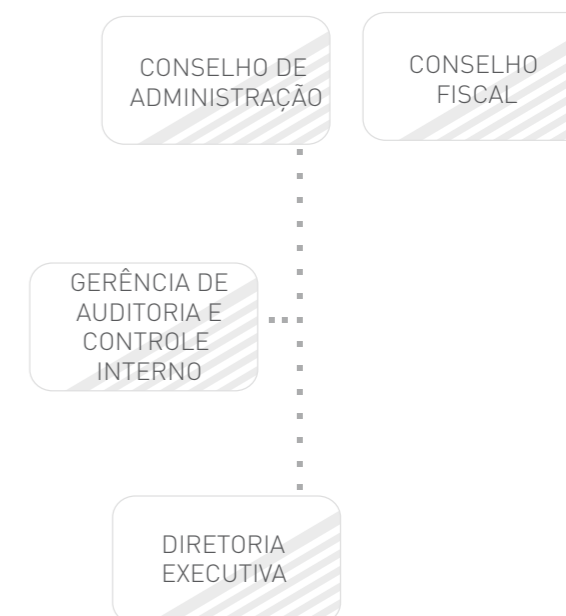
- Ética e Integridade;
- Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental;
- Qualidade, Saúde e Segurança;
- Entusiasmo e Confiança.

Governança Corporativa

A Governança Corporativa é um valor para a INB, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, através de um desempenho sustentável e do compromisso de seus administradores com o interesse de acionistas e colaboradores. Entre as iniciativas de Governança realizadas em 2016, merece destaque a geração de valor e a política de contenção de gastos implantada pelos administradores.

Estrutura de Governança

A estrutura da Governança Corporativa da INB é composta pelo Conselho de Administração, pela Gerência de Auditoria e Controle Interno, Diretoria Executiva e, atuando de forma independente, o Conselho Fiscal.



Nossos Desafios

Buscar autonomia financeira através de:

- Aumento da produção mineral;
- Aumento da capacidade do enriquecimento do urânio, e;
- Aumento da efetividade e da economicidade na produção do elemento combustível.



CARTA AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Parece ser do senso comum que 2016 foi um ano difícil. Um ano de crise econômica intensa, que impactou todos os setores da sociedade brasileira. Porém, mesmo diante desse cenário desconfortável tanto para as organizações públicas quanto privadas, a direção da INB avaliou que mais importante do que falar em crise era buscar caminhos para sair dela. E decidiu se concentrar no trabalho produtivo e no exercício da criatividade.

Deu certo! Hoje, podemos olhar 2017 com otimismo, não obstante estarmos enfrentando um ambiente de intensa instabilidade e profunda dificuldade financeira. Resistimos e encontramos fôlego para empreender um planejamento realista, um rigoroso plano de reestruturação e um ajuste de métodos e programas com o objetivo de redimensionar a empresa.

Não tem sido fácil resolver os nossos problemas, gerados em grande parte pelas

dificuldades vividas por todos, inclusive pela nossa principal cliente. Porém, podemos afirmar que as decisões tomadas pela direção da INB para enfrentar seus enormes desafios, nos dão segurança de que os nossos acertos superaram os possíveis erros. Conseguimos preservar a imagem da INB como uma indústria moderna, tecnologicamente desenvolvida, eficiente, segura e preparada para participar de um mercado altamente competitivo.

Só a união vence os desafios. Essa é a lição que fica de 2016 para a INB. Nesse período desafiador, amadureceu na empresa a compreensão de que somos um organismo coletivo, que precisa funcionar a partir da disposição e do trabalho integrado de todos.

Mas há ainda muito a fazer para a INB superar seus obstáculos em busca da autossustentabilidade e para continuar sendo ativa participante do esforço para recolocar o Brasil no rumo do desenvolvimento.

FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Gestão Orçamentária e Financeira

Para superar as restrições orçamentárias, oriundas das dificuldades enfrentadas pelo Governo Federal e pelo principal cliente - a Eletronuclear - a INB precisou trabalhar efetivamente na revisão de gastos e contratos, realizando diversas ações em busca do reequilíbrio econômico e financeiro.

Neste sentido, foram realizados reajustes contratuais, análise de minutas de contratos e termos de referência que compõem os editais de licitação, análise das planilhas de preços referentes aos processos licitatórios, aplicação de suspensão e impedimento de licitar, controle e execução da garantia de cumprimento contratual e rescisão contratual unilateral e amigável. Por fim, atuou fortemente na redução de custos contratuais de até 25%.

Em 2016, a Lei Orçamentária Anual (LOA) disponibilizou R\$ 1,02 bilhão para a INB, dentre estes, R\$ 148 milhões em reserva de contingência, resultando em R\$ 868 milhões em crédito disponível. Após gestões junto ao MCTIC, foram suplementados R\$ 63 milhões em recursos do Tesouro para despesas e investimentos e devolvidos R\$ 13 milhões em recursos de pessoal e sentenças, disponibilizando à INB, ao final do exercício, uma dotação orçamentária de R\$ 918 milhões.

Neste cenário, a participação das Receitas do Tesouro atingiram 38% das Receitas totais da INB, o que permitiu que, ao final de 2016, fossem executados R\$ 900 milhões em créditos orçamentários, um volume de recursos satisfatórios para suportar as atividades produtivas da empresa, representando 98% do Limite de Empenhos disponível para o exercício.

Realização

| | LOA 2016 | Movimentação de Créditos | Dotação Orçamentária | Dotação Limite Orçamentária | Executado Liberado | % s/ Dotação | % s/ Limite |
|------------------------|------------------|--------------------------|----------------------|-----------------------------|--------------------|--------------|-------------|
| Total orçamento | 1.017.784 | -99.635 | 918.149 | 918.149 | 900.211 | 98% | 98% |
| Recursos do Tesouro | 324.713 | 49.290 | 374.004 | 374.004 | 367.729 | 98% | 98% |
| Recursos Próprios | 693.071 | -148.925 | 544.146 | 544.146 | 532.482 | 98% | 98% |

Gestão Tributária

A criação da Gerência de Planejamento e Administração Tributária promoveu significativa melhora nas informações sobre tributos, antecipando-se aos eventos e oferecendo importante suporte à gestão da empresa, que gerou economia de R\$ 3 milhões em pagamento de impostos em 2016.

Além disso, foi retomado o processo do pedido de Regime Especial de Benefícios Fiscais junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro. A estimativa é reduzir em R\$ 24 milhões o recolhimento do ICMS por recarga. Destaque também para a entrada em pedido de restituição de R\$ 24 milhões em créditos (2011-2014) de impostos junto à Receita Federal, referente às retenções da Eletronuclear.

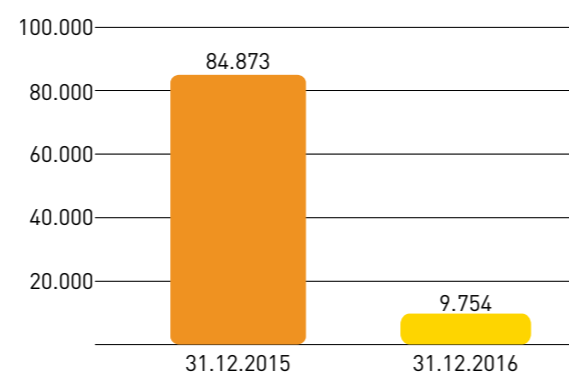
Desempenho econômico-financeiro

O desempenho operacional medido pelo indicador EBITDA (Lucro antes dos Efeitos Financeiros, Impostos sobre a Renda, Depreciação e Amortização) atingiu R\$ 9.754 mil, com margem EBITDA 1,41%, apresentando redução em relação a 2015 (R\$ 84.873 mil, com margem EBITDA 14,46%).

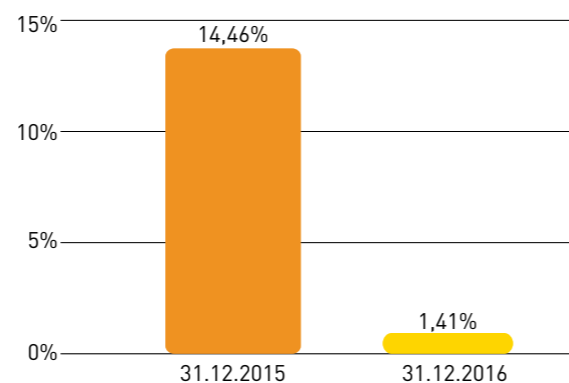
A variação entre 2016 e 2015 decorreu especialmente em função da paralisação temporária das operações da Unidade de Enriquecimento, em Resende (RJ), que foi retomada no mesmo ano quando foi obtida a prorrogação da licença; continuação dos gastos de manutenção da Unidade de Tratamento de Minerais, em Caldas (MG), que se encontra em processo de descomissionamento; pa-

ralisação ao longo do ano da produção de concentrado de urânio na Unidade de Caetité (BA) e o reconhecimento das provisões para contingências ambientais para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

EBITDA 2016 = R\$ MIL



MARGEM EBITDA (Ebitda + ROL) = %



Receita operacional

A receita operacional líquida totalizou R\$691.801 mil, representando um aumento de 17,87% em relação a 2015 (R\$ 586.935 mil). Desconsiderando os recursos orçamentá-

rios do Tesouro Nacional, totalizou R\$430.138 mil, registrando um aumento de 25,29% em comparação a 2015 (R\$ 343.317 mil). Esse aumento está substancialmente relacionado à expansão dos negócios da INB na venda de Urânio na forma de Pó de UO₂ Enriquecido para a empresa CONUAR (Combustíveis Nucleares Argentinos) que representou 17% do aumento; bem como aos efeitos do dólar e do euro médio no exercício nos contratos com a Eletronuclear S.A. – Eletronuclear que representou 77% do aumento e às vendas de Monazita para a Beijing HMC Mining Trade CO., LTDA que representou 6%.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

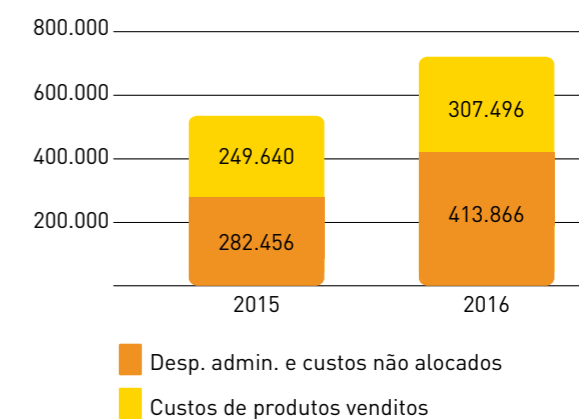


Custos e despesas

Os custos dos produtos e serviços vendidos e despesas operacionais, que compreende despesas administrativas e custos não alocados, totalizaram R\$721.362 mil, representando um acréscimo de 35,57% em relação a 2015 (R\$ 532.096 mil).

Em 2016, do montante de R\$ 413.866 mil das despesas administrativas e custos não alocados foram gastos 37% em despesas administrativas e 63% em custos não alocados a produção.

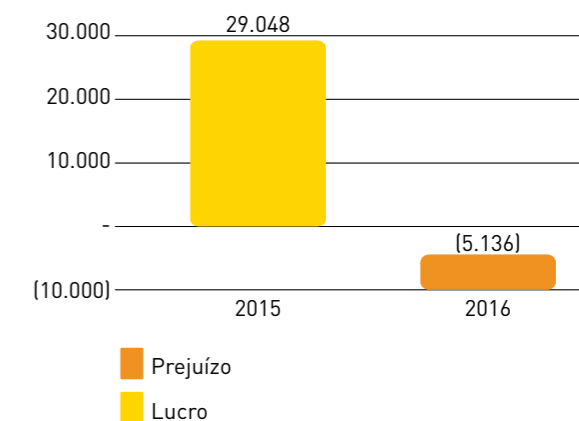
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS



Lucro (prejuízo) líquido

O resultado do exercício de 2016 foi de prejuízo de R\$ 5.136 mil, em comparação com um lucro líquido de R\$29.048 mil em 2015, justificado principalmente pelo aumento das despesas administrativas e custos não alocados. A INB vem promovendo revisão de todos os contratos de aquisições com metas de redução de gastos e uma implantação racional de contenção de custos cujos benefícios serão colhidos no ano de 2017.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO



Gestão Administrativa

Em 2016, destaca-se a conclusão da primeira fase da implantação do Sistema de Gestão Integrado (Enterprise Resource Planning – ERP) pela Gerência de Tecnologia da Informação, visando a unificação da gestão de informática nos diversos níveis da empresa e em atendimento às exigências da legislação. Para alcançar os objetivos propostos nesta fase foi necessária a integração dos sistemas fabris. Em 2017 haverá a continuidade do projeto, com a expansão do ERP, o que proporcionará a integração entre as diversas atividades da empresa e a disponibilização de acesso a informações em tempo real para a tomada de decisões.

Ética

A INB aplica os Princípios Éticos, o Código de Conduta da Alta Administração Federal e o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo para nortear sua atuação e consolidar sua imagem de empresa ética e cidadã.

O Código de Ética, constituído pelos Princípios Éticos e pelo Código de Conduta, é um instrumento orientador para a conduta pessoal e profissional de todos os dirigentes e colaboradores da INB e se baseia nas melhores práticas de mercado. Essa publicação é disponibilizada a todos os empregados, prestadores de serviços, estagiários e jovens aprendizes da empresa. Ele também está disponível no endereço <http://www.inb.gov.br>.

A Comissão de Ética da INB, de caráter permanente, é responsável por promover o contínuo aprimoramento da consciência ética e sua disseminação, e para garantir a prática de seus conceitos. Além disso, a INB criou um canal de comunicação com o público interno e externo, através do e-mail comissaodeetica@inb.gov.br, para o processamento de denúncias.

Conflito de Interesses

Conflito de interesses é a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. Todos os agentes públicos estão sujeitos à Lei de Conflito de Interesses, decretada em 2013. O Estatuto Social da INB prevê circunstâncias que podem ser interpretadas como conflito de interesses e as proíbe como, por exemplo, a ocupação de membros da Diretoria Executiva em função de direção, administração ou consultoria de sociedades de direito privado.

A fiscalização e o acompanhamento de questões que envolvem a Ética e o Conflito de Interesses são feitos pela Comissão de Ética constituída pela empresa. A INB conta ainda com o Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), criado pela Controladoria Geral da União (CGU) e utilizado por toda a administração pública, para consultas quanto às atividades que possam representar conflito de interesses.



RECURSOS MINERAIS

Em 2016 avançaram os trabalhos para retomada da produção de urânio em Caetité/BA. No mês de março foram assinados contratos com a empresa R&D Rocha Mineração e Terraplenagem, vencedora dos processos de licitação para realizar serviços de infraestrutura necessários à abertura da mina do Engenho (Anomalia 09), tais como construir o sistema de drenagem superficial periférica, o canteiro de obras e ponto de controle da mina, adequação das bermas do depósito de estéril, limpeza e revestimento com concreto dos canais periféricos e decapeamento (retirada da primeira camada de solo).

Os serviços de abertura dos acessos para a mina foram concluídos em abril. Em dezembro a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) concedeu a licença para o decapeamento, e os trabalhos foram iniciados logo em seguida. Como a primeira camada de solo já possui alguma quantidade de urânio, a estimativa é obter cerca de 70 toneladas de concentrado de urânio em 2017.

Durante o ano de 2016 não houve produção de concentrado de urânio por não haver disponibilidade de minério para processamento. Com o esgotamento da mineração a céu aberto da mina Cachoeira e a paralisação da produção na Unidade de Concentrado de Urânio, teve início uma manutenção geral na planta de beneficiamento físico e químico.

Foram desenvolvidos ao longo do ano estudos para o licenciamento nuclear da lavra subterrânea da mina Cachoeira, como os projetos de caracterização geotécnica e geomecânica dos maciços rochosos e a revisão do Relatório Preliminar de Análise de Segurança.

Em 2016 avançaram os trabalhos para retomada da produção de urânio em Caetité/BA.

Como a primeira camada de solo já possui alguma quantidade de urânio, a estimativa é obter cerca de 70 toneladas de concentrado de urânio em 2017.

Mais de 16 mil metros de sondagem foram executados em toda a região da Província Uranífera de Lagoa Real objetivando os trabalhos de caracterização geológica de outras anomalias na região.

Projeto Santa Quitéria

Foi submetida à CNEN a revisão 1 do Relatório de Local, cumprindo uma etapa do licenciamento nuclear do empreendimento. Esse fato representa um importante avanço na direção do licenciamento nuclear para obtenção da Aprovação do Local. Com relação ao licenciamento ambiental, o Consórcio Santa Quitéria trabalhou no atendimento às exigências resultantes da análise do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), submetido ao Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2014, enviando diversos estudos complementares.

Um grupo de trabalho foi criado para acompanhar e apoiar os serviços de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de extração de tório e aperfeiçoamento do processo de extração de urânio contido no ácido fosfórico.

Caldas

As atividades relacionadas à recuperação de áreas degradadas e ao descomissionamento da Unidade de Tratamento de Minérios (UTM) foram reorganizadas através da elaboração do “Plano de Gerenciamento para o Descomissionamento e Recuperação de Áreas Degradadas da UTM-Caldas”, o qual foi submetido às instituições licenciadoras, à subseção da Justiça Federal em Poços de Caldas (MG) e à unidade do Ministério Público Federal em Pouso Alegre (MG).

Foi dado o enfoque do modelo de Gerenciamento de Projetos a esse plano de descomissionamento. Sendo assim, as atividades a serem executadas foram divididas nos seguintes programas: Planejamento e Gerenciamento; Socioambiental; Aspectos Radiológicos; Barragens; Manutenção da Unidade; Torta II; Bota-Fora; Tratamento de Água; Comunicação Social; Licenciamento e Garantia da Qualidade; e Desmontagem da Planta Química/Física.

Há o foco no desenvolvimento de projetos com vistas ao tratamento da drenagem

ácida de mina (DAM) e da barragem de rejeitos. Como exemplo, mencionam-se os projetos de troca iônica, tratamento por ozônio e nanofiltração.

Buena

A Unidade de Minerais Pesados – Buena encontra-se em paralisação das atividades de lavra. Contudo, há o processamento dos minerais remanescentes, o que resultou na comercialização de mais de 9 mil toneladas de Monazita, Ilmenita, Zirconita e Rutílo somados – gerando um faturamento da ordem de 11 milhões de reais para a INB.

Em 2016, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de realizar avaliações preliminares sobre os trabalhos de descomissionamento da unidade.

Unidade São Paulo

As atividades prioritárias da INB em São Paulo são manter com segurança os estoques de rejeitos radioativos nos depósitos da Usina Interlagos (USIN), na capital, e do depósito de Botuxim, no município de Itu, e executar os trabalhos de descontaminação do terreno da USIN.

Em 2016 avançaram os trabalhos de descontaminação na Área Controlada Temporária 7 (ACT 7), com a separação e respectiva caracterização dos materiais classificados. Na ACT 9, foram realizados os levantamentos radiométricos e o planejamento da localização das trincheiras.



ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO DE URÂNIO

Enriquecimento Isotópico de Urânio

Durante o ano de 2016, foi alcançado na implantação da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio, na Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) da INB, em Resende (RJ), um progresso físico de 5,63%, o que resultou num progresso acumulado para todo o empreendimento em torno de 75,37%. A capacidade nominal instalada não sofreu alteração, mantendo o índice de progresso de aproximadamente 34%, atingido em 2015.

O progresso na implantação da Usina foi restringido, mais uma vez, em razão de limitação de recursos do Tesouro Nacional, o que forçou o replanejamento das atividades. A proposta orçamentária inicial da INB, para 2016, para a Ação 1393 (Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio e da Fábrica de Ultracentrífugas – Unidade Tecnológica de Separação Isotópica) indicava a necessidade de R\$ 201,37 milhões. No entanto, a Lei Orçamentária Anual alocou a essa Ação cerca de R\$ 25,30 milhões. Ao final de 2016, a Ação 1393 foi suplementada com R\$ 21,00 milhões. Assim, os recursos provisionados atingiram cerca de R\$ 46,30 milhões.

Outro fator que limitou o progresso da implantação da usina foi a necessidade de reciclagem de licitação para retomada de parte dos serviços de engenharia de infraestrutura eletromecânica necessários à conclusão dos Módulos 3 e 4. A licitação havia resultado fracassada ao final de 2015 e, após novo processo licitatório realizado em 2016, a empresa MAZZA foi declarada vencedora, sendo o contrato assinado em novembro.

No decorrer de 2016, continuaram sendo aplicadas as práticas regulamentares de salvaguardas nucleares nos padrões internacionais e em conformidade com os compromissos assumidos com a CNEN e organismos internacionais

Produção, licenciamentos e salvaguardas nucleares

A Usina de Enriquecimento produziu durante o ano 4.652,0 kg de UF₆, enriquecidos a 4,3%.

A produção sofreu grande prejuízo devido ao atraso de cerca de quatro meses na renovação da Autorização de Operação Permanente (AOP) e da Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN) para a Usina de Enriquecimento. Após o atendimento de exigências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a AOP e a AUMAN foram concedidas, por meio das Resoluções N^{os} 201 e 202, de 17 de agosto de 2016, conforme publicado, em 24/08/2016, no Diário Oficial da União (DOU).



No decorrer de 2016, continuaram sendo aplicadas as práticas regulamentares de salvaguardas nucleares nos padrões internacionais e em conformidade com os compromissos assumidos com a CNEN e organismos internacionais: Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que mantiveram a rotina de inspeções. Foram realizadas seis inspeções interinas e cinco não anunciadas, além de atividade programada para Verificação de Inventário Físico (PIV).

Continuaram, também, a ser realizadas avaliações, revisões e melhorias dos Procedimentos Internos de Garantia da

Qualidade, além de serem implementados novos procedimentos e realizados treinamentos para disseminação dos procedimentos integrantes do Sistema de Garantia da Qualidade (SGQ).

Durante o ano, foi consolidado o projeto básico relativo à segunda fase da Usina de Enriquecimento, que integrará a documentação de suporte necessária ao pedido de licenças prévias de construção e instalação junto aos órgãos reguladores CNEN e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ainda para tal propósito, deu-se continuidade à elaboração do Relatório Preliminar de Análise de Segurança (RPAS) e do Termo de Referência Ambiental.

PRODUÇÃO DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR



O principal destaque de 2016 foi a fabricação e exportação de pó de dióxido de urânio (UO₂) com diferentes níveis de enriquecimento para a empresa argentina CONUAR S.A (Combustibles Nucleares Argentinos), sendo 766 kg com enriquecimento a 2,6%; 1.636 kg a 1,9% e 2.290 kg a 3,10%. Foi a primeira produção deste material para o mercado externo.

Além disso, foi concluída a 22ª recarga de combustíveis para o reator de Angra 1, com a fabricação de 33 elementos combustíveis neste ano, e a 13ª recarga de Angra 2, com a fabricação de 52 elementos combustíveis. As entregas dos combustíveis foram realizadas dentro dos prazos estipulados pelo cliente.

Também foram fabricados e exportados 56 pares de bocais do combustível nuclear de projeto 16NGF para empresa coreana KEPCO Plant Service & Engineering Co. Ltd. (KNF).

Frente à restrição de recursos, os investimentos foram priorizados para a manutenção e ampliação da confiabilidade das linhas de fabricação, o aprimoramento da segurança operacional e para o cumprimento de exigências de licenciamento das instalações. No caso da implantação da Usina de Conversão, este empreendimento contou com recursos provenientes do Tesouro Nacional e não necessitou de recursos próprios para investimento. No entanto, R\$ 5,3 milhões dos R\$ 6,7 milhões destinados à implantação foram realocados, com aprovação do MCTIC, para

O principal destaque de 2016 foi a fabricação e exportação de pó de dióxido de urânio (UO₂) com diferentes níveis de enriquecimento. Foi a primeira produção deste material para o mercado externo.

atender as prioridades de investimento na fabricação de combustível.

Para melhorar a confiabilidade da linha de fabricação, algumas ações importantes foram realizadas: modernização de tornos mecânicos; substituição do controle e comando da máquina de solda do esqueleto de Angra 2; substituição do módulo de monitoração e controle do grupo gerador e instalação de transformador a seco na subestação da casa de bombas.

Na área de Garantia de Qualidade foi desenvolvido e implantado o sistema informatizado de controle de fabricação e inspeção de esqueletos e elementos, incluindo as atividades de embarque de elemento combustível, além da implantação do sistema de controle de produção de Pó e Pastilhas de UO₂.

Nacionalização do Combustível Nuclear

Um projeto importante desenvolvido pela INB é o da nacionalização de todos os processos de fabricação de componentes usados nos elementos combustíveis.

Uma das prioridades do programa é a nacionalização da fabricação de grades espaçadoras do tipo Angra 2 e 3. Para isso, algumas das atividades desenvolvidas foram a aquisição de bobinas de tiras finas de liga de zircônio e de níquel e desenvolvimento de fornecedor para confecção do ferramental de fabricação e de controle de qualidade.

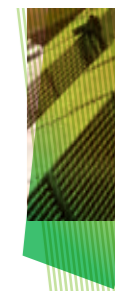
Com o objetivo de ter domínio também sobre todo processo, a INB vem capacitando um grupo técnico para realizar serviços especializados de manuseio de elementos combustíveis no interior dos reatores durante as recargas, bem como de reparos e de inspeções em combustíveis irradiados. Tais atividades eram realizadas apenas por empresas estrangeiras. Uma das ações realizadas nesse sentido foi o treinamento de um grupo de emprega-

dos, realizado pela AREVA durante a 13ª recarga de Angra 2 em serviços de piso de reator e inspeção visual, e o treinamento ministrado pela KEPCO-KPS durante o descarregamento e carregamento do núcleo da 21ª recarga de Angra 1.

Usina de Conversão

Já em relação às atividades desenvolvidas para a implantação da Usina de Conversão houve o recebimento do relatório final da AREVA com modificações e sugestões de melhoria para o Projeto Básico; a conclusão do projeto básico do Depósito Inicial de Rejeitos de Baixa Atividade; a conclusão de 75% do projeto conceitual da Unidade de Testes e Treinamento (UTT) e a contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração do Relatório Ambiental Simplificado.

Esse empreendimento encontra-se na fase de execução dos projetos básicos das instalações, assim como atualização das tecnologias dos processos para adequá-los aos atuais padrões de segurança operacional e ambiental, visando a obtenção junto ao IBAMA e à CNEN das licenças necessárias a futura implantação.



PLANEJAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Em 2016, a INB realizou a venda de 4.100 kg de urânio enriquecido, na forma de pó de UO_2 para a empresa argentina CONUAR S.A. (Combustibles Nucleares Argentinos). O transporte foi feito pelo modal rodoviário e foi concluído sem qualquer transtorno. O maior desafio deste negócio foi a obtenção de licença pelo Governo brasileiro, pois foi a primeira vez que se exportou urânio enriquecido no país.

Com base nos contratos de fornecimento de combustível para a Eletronuclear assinados em 2010 e 2011, foram entregues, em 2016, a 22ª recarga de Angra 1, com 40 elementos combustíveis, e a 13ª recarga de Angra 2 com 52 elementos combustíveis e 24 conjuntos de barras de controle. As Ordens de Execução para a 23ª recarga de Angra 1 e a 14ª recarga de Angra 2, já foram assinadas pela Eletronuclear sendo que as entregas de elementos combustíveis ocorrerão em 2017.

Os novos contratos para fornecimento de elementos combustíveis para as recargas seguintes não foram assinados em 2016, conforme previsto anteriormente. A Eletronuclear está propondo rever o modelo contratual em vigor. Como ainda não foi definido esse novo modelo, serão assinados aditivos em 2017 para cobrir a 24ª recarga de Angra 1 e a 15ª recarga de Angra 2.

Devido à indisponibilidade de produção em Caetité, a INB adquiriu da empresa alemã Urangesellschaft em 2016, através de licita-

ção internacional, 328 t U natural, na forma de UF_6 . Também foi adquirido da Urenco o total de 21 t U natural, na forma de UF_6 .

Urânio Enriquecido

Foram realizadas em 2016, pela Urenco, a entrega de 39.228 kg de urânio enriquecido a 4,15 e 4,25 % e 2.079 kg de urânio enriquecido a 2,6 e 2,9 % que serão usados na fabricação dos elementos combustíveis e na fabricação de varetas de urânio-gadolínio.

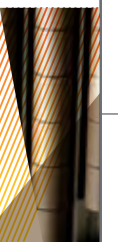
Conforme notificado à Urenco a demanda de trabalho de separação (UTS) em 2016 foi reduzida em 42.000 UTS devido à produção nacional, na usina da INB, em Resende.

Minerais Pesados

Com o esgotamento das reservas de minerais pesados, a produção de Buena ficou restrita à recuperação de pequenas áreas remanescentes e dos resíduos do material ilmeno-monazítico. As quantidades vendidas neste ano de zirconita, ilmenita e rutilo foram de 5.694t, com o faturamento de R\$ 6.432.491.

Monazita – Exportação para a China

Em 2016 foram exportados 3.700 toneladas de monazita ao valor global de USD 1.666.500 em continuação do contrato assinado com a Beijing HMC Mining Trade para exportação do mineral.



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E CORPORATIVA

Comunicação Institucional e Corporativa

Um diálogo constante e transparente. Essa foi a principal meta da área de Comunicação, que aplicou todas as ferramentas integradas disponíveis para que o público fosse sempre bem informado sobre a atuação da INB.

Divulgação interna e externa

A disseminação de mensagens contou com o site institucional para manter informados o público externo e a imprensa em geral. Ao longo de 2016, continuaram os trabalhos de desenvolvimento do novo site INB. O site foi transformado no Portal INB, a ser lançado em janeiro de 2017, mais ágil e mais completo como o mercado exige. Além disso, canais eletrônicos como “Fale Conosco” (que recebeu e resolveu 350 casos), “Acesso à Informação” (41 atendimentos), e contatos realizados pessoalmente através dos programas “Conversa com a Vizinhança” e “Programa de Educação Ambiental” (palestras a comunidades próximas a unidades da INB) também contribuíram para esclarecer e estreitar o relacionamento da empresa com seus públicos de interesse.

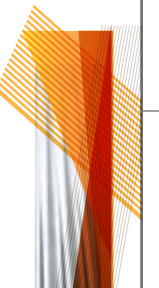
No centro de Caetité (BA), num casarão restaurado, já é tradição da INB apresentar, através de exposição permanente, informações sobre a Energia Nuclear e o Ciclo do Combustível Nuclear, além de organizar eventos culturais. Nesse local - Espaço INB de Ciência, Tecnologia e Cultura - são realizadas exposições, exibidos vídeos e mostras de obras de artistas da

Ao longo de 2016, continuaram os trabalhos de desenvolvimento do novo site INB. O site foi transformado no Portal INB, a ser lançado em janeiro de 2017

região. Uma exibição de muito sucesso foi a reprodução de pinturas de paisagens brasileiras do século XIX, chamada “Maravilha de Cenário”. O Espaço INB recebeu mais de 3.000 pessoas ao longo de 2016, o que o consolida como extensão da empresa junto à população caetiteense e arredores.

Para promover um bom relacionamento com a imprensa nacional e regional, foram produzidos e distribuídos 34 informativos (newsletters), além de matérias e/ou notas, incluindo mídia impressa e eletrônica. De acordo com o balanço do clipping contratado, a INB foi citada em 788 matérias no ano, das quais 577 foram positivas (73%), 135 negativas (17%) e 76 neutras (10%).

Outras iniciativas importantes foram o programa radiofônico semanal “Radioatividades” que divulgava atividades da INB Caetité, reportagens, agenda cultural e música (27 edições entre janeiro e julho de 2016), o tabloide “DAQUI Caetité”, distribuído às comunidades circunvizinhas, dois outdoors no centro da cidade e também o contato permanente com sites locais



(Caetifest, Iguanambi e Brumado Notícias). Já no SulFluminense, reportagens nas emissoras de TV, entrevistas nas rádios e inserções na imprensa regional também contribuíram para promover a INB em suas áreas de influência.

Com o objetivo de integrar seus empregados, a INB produziu 21 edições do boletim INB Online, 28 números do VPS (Você Precisa Saber), divulgou 263 Fatos & Eventos, produziu os informes INBarra (duas edições) e oito INB Centro Informa, um Daqui Caetité, e 49 veiculações na TV INB Caetité. Acrescenta-se também o plano de divulgação para o projeto da Gerência de Informática 'INB Conecta', o projeto "Faço Parte" (visitas de empregados), e dois novos canais de comunicação, o Mensagens Pop-Up e a Mensagem do Presidente, cujos tópicos chegam a todos os empregados, contribuindo assim para a troca de informações e conhecimento na empresa.

Visitas e Eventos

Tradicionalmente, a INB organiza visitas de seu interesse específico - autoridades, personalidades e especialistas - e também atende a pedidos de visitas escolares, de familiares e acadêmicas. Em 2016, a empresa recebeu ao todo mais de 5.000 visitantes, um acréscimo de 14% em relação ao registro do ano anterior, nas unida-

des de Resende (RJ), Caldas (MG), Buena (RJ) e Caetité (BA) e no Espaço INB.

Em relação a eventos, a INB participou de seminários e simpósios (VII Seminário Internacional sobre Energia Nuclear - VII SIEN e Simpósio Anual da Seção Latino-americana da American Nuclear Society) feiras como a Exposição Agropecuária de Guanambi (BA) e exposições como a da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Porto Seguro (BA), e a Mostra Mundo MCTIC - Pesquisa e Desenvolvimento de Ponta no Brasil na capital federal.

Ações de Responsabilidade Social, Ambiental e Campanhas

Iniciativas como os projetos Saber Mais e Jovem Aprendiz (formação profissional de jovens), Programas de Educação Ambiental - PEA (em Caetité e Resende), projeto de reforma da praça Neném Prancha em Engenheiro Passos (Resende/RJ), e campanhas de voluntariado e de conscientização (contra o desperdício de água, energia e papel, 'Adote uma Muda', uso racional dos recursos naturais e tratamento de resíduos sólidos etc.) complementaram o leque de atividades realizadas pela equipe de Comunicação para assegurar que a INB seja reconhecida pelo seu comprometimento com a melhoria de vida e a sustentabilidade.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial

| ATIVO | Nota | Em milhares de reais | |
|--|------|----------------------|----------------|
| | | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Circulante | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4 | 154.819 | 76.020 |
| Contas a Receber | 5 | 126.651 | 4.778 |
| Estoques | 6 | 224.313 | 236.865 |
| Impostos e Contribuiões a Recuperar | 7 | 76.711 | 68.853 |
| Rec.p/ Contingências, Despesas Antecipadas e Outros Créditos | 8 | 46.871 | 45.627 |
| Total do Ativo Circulante | | 629.365 | 432.143 |
| Não Circulante | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Créditos com Interligada | 9 | 24.641 | 21.526 |
| Estoques Contingentes | 10 | - | - |
| Rec. p/ Contingências, Depósitos Judiciais e Outros Créditos | 11 | 50.535 | 31.046 |
| Total do Realizável a Longo Prazo | | 75.176 | 52.572 |
| Investimentos | 12 | 1.560 | 1.560 |
| Imobilizado | 13 | 655.482 | 630.004 |
| Intangível | 14 | 67.598 | 71.618 |
| Subvenção do Tesouro para Investimentos | 15 | (292.927) | (235.857) |
| Total do Ativo Não Circulante | | 506.889 | 519.897 |
| Total do Ativo | | 1.136.254 | 952.040 |

| PASSIVO | Nota | Em milhares de reais | |
|---|------|----------------------|----------------|
| | | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 16 | 8.397 | 7.338 |
| Impostos, Contribuiões e Obrigaões Sociais | 17 | 27.911 | 25.272 |
| Previdência Privada | 18 | 15.904 | 14.810 |
| Provisão para Contingências | 19 | 73.409 | 48.683 |
| Obrigaões com Clientes | 20 | 334.017 | 237.514 |
| Outras Obrigaões | 21 | 54.436 | 18.164 |
| Total do Passivo Circulante | | 514.074 | 351.781 |
| Não Circulante | | | |
| Impostos | 17 | 30.094 | 28.459 |
| Previdência Privada | 18 | 168.007 | 161.076 |
| Provisão para Contingências | 19 | 32.206 | 13.614 |
| Contrib.Social e Imp. Renda Diferida da Reavaliação | 22 c | 5.116 | 5.829 |
| Outras Obrigaões | 21 | 1.237 | 1.157 |
| Total do Passivo Não Circulante | | 236.660 | 210.135 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital Social | 22 a | 302.637 | 302.637 |
| Reserva de Capital | 22 b | 82.058 | 82.058 |
| Reserva de Reavaliação | 22 c | 9.936 | 11.319 |
| Lucros (Prejuízos) Acumulados | | (9.111) | (5.890) |
| Total do Patrimônio Líquido | | 385.520 | 390.124 |
| Total do Passivo | | 1.136.254 | 952.040 |

Demonstração do Resultado do Exercício

| | | Em milhares de reais | |
|---|------|----------------------|------------------|
| | Nota | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Receita Operacional Líquida | 23 | 691.801 | 586.935 |
| Custos dos Produtos e Serviços Vendidos | | (307.496) | (249.640) |
| Lucro Bruto | | 384.305 | 337.295 |
| (Despesas) Receitas Operacionais | | | |
| Administrativas e Custos Não Alocados | 24 | (413.866) | (282.456) |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas | 25 | (170) | (162) |
| Total das (Despesas) Receitas Operacionais | | (414.036) | (282.618) |
| Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro | | (29.731) | 54.677 |
| Receitas Financeiras | | 58.601 | 24.514 |
| Despesas Financeiras | | (29.363) | (44.646) |
| Resultado Financeiro Líquido | 26 | 29.238 | (20.132) |
| Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CSLL | | (493) | 34.545 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes | 27 | (4.823) | (5.497) |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | | (5.316) | 29.048 |
| Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação em reais | 28 | (R\$ 0,02) | R\$ 0,12 |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Nota | Capital Social | Reserva de Capital | Reserva de Reavaliação | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total |
|--|------|----------------|--------------------|------------------------|----------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | 302.637 | 82.058 | 12.721 | - | (37.063) | 360.353 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores: | | | | | | | |
| Parte IRPJ e CSLL sobre Reavaliação | 22 c | | | | | 723 | 723 |
| Realização da Reserva de Reavaliação | 22 c | | | (1.402) | | 1.402 | - |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | | | | | | 29.048 | 29.048 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | | 302.637 | 82.058 | 11.319 | - | (5.890) | 390.124 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores: | | | | | | | |
| Parte IRPJ e CSLL sobre Reavaliação | 22 c | | | | | 712 | 712 |
| Realização da Reserva de Reavaliação | 22 c | | | (1.383) | | 1.383 | - |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | | | | | | (5.316) | (5.316) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | | 302.637 | 82.058 | 9.936 | - | (9.111) | 385.520 |

Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|------------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | (5.316) | 29.048 |
| Ajustes para conciliar o Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício ao Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais : | | |
| Variações Monetárias Ativas de Longo Prazo | (3.438) | (2.596) |
| Variações Monetárias Passivas de Longo Prazo | 26.985 | 32.007 |
| Depreciações e Amortizações | 38.752 | 29.961 |
| Recursos Orçamentários para Pessoal e Custeio | (254.753) | (235.649) |
| Realização Recursos Orçamentários para Investimento | (6.910) | (7.969) |
| | (199.364) | 184.246) |
| [Aumentos] Reduções dos Ativos | | |
| Contas a Receber (Curto Prazo) | (121.873) | 3.852 |
| Estoques (Curto e Longo Prazo) | 12.552 | 49.582 |
| Impostos e Contribuições a Recuperar (Curto Prazo) | (7.858) | (4.298) |
| Rec. para Contingências, Desp. Antecipadas e Outros Créditos (Curto Prazo) | (1.244) | (11.092) |
| Créditos com Interligada (Longo Prazo) | (0) | - |
| Recursos para Contingências, Depósitos Judiciais (Longo Prazo) | (19.166) | 195 |
| | (137.589) | 38.239 |
| Aumentos (Reduções) dos Passivos | | |
| Fornecedores (Curto Prazo) | 1.059 | (39.755) |
| Impostos, Contribuições e Obrigações Sociais (Curto e Longo Prazo) | 918 | (1.747) |
| Previdência Privada (Curto e Longo Prazo) | (15.604) | (14.245) |
| Provisão para Contingências (Curto e Longo Prazo) | 43.318 | 5.906 |
| Obrigações com Clientes (Curto Prazo) | 96.503 | (81.998) |
| Contrib. Social e Imp. Renda Diferida da Reavaliação (Longo Prazo) | (713) | (722) |
| Outras Obrigações (Curto e Longo Prazo) | 36.352 | (1.925) |
| | 161.833 | (134.486) |
| Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais | (180.436) | (251.445) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | |
| Aquisição de Imobilizado | (64.372) | (57.493) |
| Aquisição de Intangível | (2.037) | (7.319) |
| Realização Recursos Orçamentários para Investimento | 6.910 | 7.969 |
| Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento | (59.498) | (56.843) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | |
| Recursos Orçamentários para Pessoal e Custeio | 254.753 | 235.649 |
| Recursos Orçament. para Investimento no Projeto de Enriquecimento | 63.980 | 33.412 |
| Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento | 318.733 | 269.061 |
| Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa | 78.799 | (39.227) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Saldo Inicial (2015 / 2014) | 76.020 | 115.247 |
| Saldo Final (2016 / 2015) | 154.819 | 76.020 |
| Varição no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa | 78.799 | (39.227) |

Demonstração do Valor Adicionado

| | Em milhares de reais | | | |
|---|----------------------|---------------|------------------|---------------|
| | 31.12.16 | | 31.12.15 | |
| Receitas | | | | |
| Vendas de Produtos e Serviços | 591.863 | | 473.955 | |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber | 368 | | (1.871) | |
| Outras Receitas Operacionais | 696 | | 92 | |
| | (408.384) | | (254.844) | |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | | | | |
| Matérias-Primas e Insumos Consumidas | (262.702) | | (90.200) | |
| Custos de Produtos e Serviços Vendidos | (48.916) | | (96.215) | |
| Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros | (96.766) | | (68.429) | |
| Valor Adicionado Bruto | 184.543 | | 217.332 | |
| Retenções | | | | |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | (38.752) | | (29.961) | |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa | 145.791 | | 187.370 | |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 320.264 | | 268.132 | |
| Recursos Orçamentários para Desp. com Pessoal, Custeio e Invest. | 261.663 | | 243.618 | |
| Receitas Financeiras | 58.601 | | 24.515 | |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 466.055 | | 455.502 | |
| | 31.12.16 | % | 31.12.15 | % |
| Distribuição do Valor Adicionado | | | | |
| Colaboradores (Empregados e Administradores) | | | | |
| Remuneração Direta | 241.226 | 51,76 | 219.164 | 48,11 |
| Benefícios | 179.247 | 38,46 | 163.533 | 35,90 |
| FGTS | 47.364 | 10,16 | 41.817 | 9,18 |
| | 14.615 | 3,14 | 13.814 | 3,03 |
| Governo (Tributos) | | | | |
| Federais | 193.796 | 41,58 | 155.574 | 34,15 |
| | 83.192 | 17,85 | 69.336 | 15,22 |
| Estaduais | 107.228 | 23,01 | 83.023 | 18,23 |
| Municipais | 3.376 | 0,72 | 3.215 | 0,71 |
| Agentes Financiadores | | | | |
| Juros | 36.349 | 7,80 | 51.716 | 11,35 |
| | 29.363 | 6,30 | 44.646 | 9,80 |
| Aluguéis | 6.986 | 1,50 | 7.070 | 1,55 |
| Destinação do Lucro | | | | |
| Lucros Retidos (Prejuízo) do Exercício | (5.316) | (1,14) | 29.048 | 6,38 |
| | 466.055 | 100,00 | 455.502 | 100,00 |

Demonstração do Resultado Abrangente

| | | Em milhares de reais | |
|---------------------------------------|------|----------------------|---------------|
| | Nota | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | | (5.316) | 29.048 |
| Outros Resultados Abrangentes: | | | |
| Parte IRPJ e CSLL sobre Reavaliação | 22 c | 712 | 723 |
| Realização da Reserva de Reavaliação | 22 c | (1.383) | (1.402) |
| Lucro Abrangente do Exercício | | (5.986) | 28.369 |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional

A Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB, empresa de economia mista, sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que atua no setor nuclear como executora da atividade monopolizada conferida à União denominada Ciclo do Combustível Nuclear, englobando todas as etapas industriais de produção relacionadas à exploração de urânio, desde a etapa de mineração e beneficiamento do concentrado de urânio até a fabricação de componentes e montagem final dos elementos combustíveis que acionam os reatores nas usinas nucleares.

A Companhia está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Av. República do Chile, 230 - salas 2401 a 2501, Centro, possui escritórios regionais em Brasília, São Paulo e Fortaleza e as seguintes unidades industriais:

Unidade de Concentração de Urânio – URA, em Caetité, BA, destinada à extração e ao processamento do minério natural de urânio para a produção do concentrado de urânio (U3O8);

Fábrica de Combustível Nuclear – FCN, em Resende, RJ, com as seguintes instalações: Unidade I - Fabricação de componentes e montagem de elementos combustíveis e, Unidade II – Usina de Enriquecimento de urânio (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Cascatas), Reconversão de UF₆ e Fabricação de Pastilhas de UO₂;

Unidade de Minerais Pesados – UMP, em São Francisco de Itabapoana, RJ, onde são extraídos os minerais pesados de Zirconita, Rutilo, Ilmenita e Monazita, atividade não associada ao ciclo do combustível nuclear;

Unidade de Tratamento de Minérios – UTM, em Caldas, MG, a primeira mina de urânio do Brasil, com suas atividades industriais paralisadas por motivo de viabilidade econômica. Atualmente, encontra-se em andamento o desenvolvimento do projeto de Descomissionamento e Recuperação Ambiental das áreas degradadas.

O principal cliente da companhia é a Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, empresa de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, operadora das usinas nucleares de Angra.

2. Apresentação e base de preparação das Demonstrações Contábeis

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 23 de fevereiro de 2017.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – (IASB).

A Companhia adotou todas as normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, com revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC em vigor até 31 de dezembro de 2016.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Instrumentos Financeiros - IFRS 9 Financial Instruments

Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Sociedade não espera ter efeitos significativos com a adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

Receita de Contratos com Clientes - IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers

Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Sociedade não espera ter efeitos significativos com a adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

Arrendamento mercantil - IFRS 16 Leases

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros

(em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Sociedade está avaliando os efeitos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovados pela Deliberação CVM 557/2008, Resolução CFC nº 1.138/08, NBC TG 09 e é apresentada como informação adicional.

2.2 Uso de Estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas com base em premissas que afetam os valores de ativos e passivos, receitas e despesas e outras transações. Essas estimativas incluem: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, vida útil do ativo imobilizado, análise do risco de crédito para determinação da Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, processos judiciais, realização da reavaliação e passivos de planos de pensão. Embora a Administração

utilize premissas e julgamentos que são revistos periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3 Reclassificação do Ativo – Propriedades para Investimento

Com a finalidade de aprimorar as informações contábeis e para melhor comparabilidade com o saldo de 31/12/2016, foi efetuada reclassificação do saldo de 31/12/2015 de Propriedades para Investimento classificado em Recursos para Contingências, Depósitos Judiciais e Outros Créditos, no realizável de longo prazo, valor de R\$ 1.560 mil, sendo transferido para Investimento.

2.4 Conciliação dos saldos societários com o do SIAFI

Em cumprimento ao art. 18 da Lei nº 10.180/2001 e ao acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 2.016/2006 - D.O.U. de 06.11.2006, que trata da conciliação das demonstrações contábeis, apresentamos na nota explicativa nº 31 a conciliação dos saldos existentes em 31/12/2016 das demonstrações contábeis elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, e alterações introduzidas por intermédio das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em comparação com as demonstrações geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, preparadas segundo os critérios da Lei nº 4.320/1964 e as NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.

3. Sumário das principais práticas contábeis e estimativas contábeis críticas

As principais práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Base de conversão de moeda

a) Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.2. Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida de devoluções, descontos comerciais, tributos incidentes sobre vendas.

a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

Demais receitas, custos e despesas são apropriados pelo regime de competência, exceto quanto aos desembolsos relacionados ao Descomissionamento que são registrados quando ocorridos.

b) A receita financeira é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.3. Instrumentos Financeiros

3.3.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos na data em que foram originários. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e

benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, portanto, não se aplica a chamada contabilização de hedge ('hedge accounting').

3.3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, demonstrados ao custo acrescido das remunerações auferidas até a data das demonstrações contábeis, apuradas pelo critério pró-rata que equivalem aos seus valores justos.

3.3.3 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo menos a provisão para perdas com créditos, se necessária. A PE-CLD - Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa é fundamentada em análise dos créditos, que leva em conside-

ração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos.

3.3.4 Estoques

Os estoques são determinados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado.

3.3.5 Outros ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidas.

3.3.6 Imobilizado

Os Ativos estão demonstrados ao custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigido monetariamente durante períodos hiperinflacionários, acrescidos das reavaliações do ativo industrial das filiais de Resende, Caetité e Buena, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor

residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.

Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.3.7 Intangível

No Intangível estão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos e demais gastos com projetos de desenvolvimento de novos produtos ou processos, como: beneficiamento de urânio da unidade de Caetité, reconversão em pó e fabricação de pastilhas de UO₂, enriquecimento de urânio e licença de uso de tecnologia para fabricação de elemento combustível.

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização considera a utilização efetiva, com base em método que reflita o benefício econômico do ativo intangível ou na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis. Os gastos com estudos e pesquisas são considerados como despesas operacionais até

que se tenha a comprovação efetiva de sua viabilidade econômica e tecnológica. Caso os custos sejam identificáveis, controláveis e geradores de benefícios futuros, os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projetos e testes de produtos novos aperfeiçoados) serão reconhecidos como ativos intangíveis, até que fiquem em condições operacionais.

3.3.8 Direitos e obrigações de curto e longo prazo

As contas do passivo circulante e do passivo não circulante são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando cabível, dos encargos e variações monetárias, incorridas até a data do balanço.

Estão registradas no realizável a longo prazo e no passivo não circulante as parcelas dos direitos e obrigações para os quais não há perspectivas de realização ou desembolso no ano seguinte (360 dias).

As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados a valor presente, sendo as demais ajustadas quando houver efeito relevante.

3.3.9 Provisões para contingências

As provisões para contingências trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações judiciais ou processos administrativos em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

3.3.10 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções recebidas pela Companhia são destinadas a despesas de pessoal, custeio e investimentos. Em se tratando de item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando destinada a investimento (ativo), o benefício é reconhecido como receita diferida, classificada em conta redutora do ativo e reconhecida na demonstração do resultado do exercício com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 31.12.16 | 31.12.15 |
|---|-----------------------------|---------------|
| Caixa | Em milhares de reais | |
| Limite de saque com vinculação de pagamento - Recursos Próprios | 557 | 5.300 |
| Limite de saque com vinculação de pagamento - Recursos do Tesouro | 16.398 | 1.466 |
| Aplicações financeiras no país - Banco do Brasil | 124.643 | 58.570 |
| Aplicações financeiras FAPM / FABES | 13.164 | 10.627 |
| Total | 154.819 | 76.020 |

O saldo de Caixa compreende as disponibilidades financeiras da Administração Central e das unidades industriais descentralizadas.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamentos - Recursos Próprios é centralizada pelo Tesouro Nacional, a qual a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) desde 01/01/99, sendo movimentada com recursos próprios da empresa.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamentos - Recursos do Tesouro refere-se exclusivamente aos recursos provenientes do Tesouro Nacional.

O saldo de Aplicações Financeiras refere-se aos recursos próprios, aplicados por intermédio de instituições integrantes do Banco do Brasil S.A., de acordo com o Decreto Lei 1.290, de 31/12/1973 e Resolução BACEN n.º 4.034, de 30/11/11, no Fundo BB Extramercado, Fundo de Investimento Renda Fixa. A taxa de rendimento acumulada para 12 meses foi de 14,62% (12,72% em 2015).

O saldo de Aplicações Financeiras do Fundo de Apoio ao Plano Médico - FAPM / FABES corresponde aos recursos constituídos com o pré-pagamento efetuado pelos empregados para cobertura da parcela de 10% ou 30% das despesas médicas de Grande Risco do Plano Médico Assistencial da INB, em contrapartida ao registro de obrigações em conta do grupo Outras Obrigações, conforme nota explicativa nº 21.

5. Contas a Receber

| | 31.12.16 | 31.12.15 |
|---|----------------|--------------|
| Faturas a receber de clientes | 31.411 | 7.772 |
| Títulos a receber de clientes - FCN | 97.866 | - |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (2.626) | (2.994) |
| Total | 126.651 | 4.778 |

O saldo de Contas a Receber de Clientes refere-se aos faturamentos dos contratos de Fabricação de Elementos Combustíveis, Conversão, Enriquecimento, Gerenciamento e Concentrado de Urânio (U308) firmados com a Eletronuclear para as recargas das Usinas de Angra 1, 2 e 3 e as vendas de Zirconita, Ilmenita, Monazita e Rutilo da Unidade de Minerais Pesados - UMP, em São Francisco de Itabapoana/RJ. Em 31/12/2016 o saldo apresentava 82,71% dos títulos com vencimentos há menos de 60 dias.

6. Estoques

| | Em milhares de reais | |
|--------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Produtos acabados | 64.723 | 54.222 |
| Produtos em processo | 22.427 | 64.509 |
| Matéria prima, componentes e insumos | 55.599 | 50.206 |
| Material de uso e consumo em geral | 13.609 | 11.765 |
| Importações em andamento | 64.217 | 51.804 |
| Material em poder de terceiros | 3.738 | 4.359 |
| Total | 224.313 | 236.865 |

Os saldos de Produtos Acabados representam os custos de extração e beneficiamento de minério de urânio, de enriquecimento, conversão e fabricação de pastilhas de UO2 e beneficiamento de minerais pesados.

Produtos em Processo referem-se aos custos de produção de componentes e elementos combustíveis para a 23ª recarga de Angra 1, Núcleo de Angra 3 e minério de urânio de Caetitê em processo de beneficiamento e serviços de separação isotópica (enriquecimento de urânio).

Os Estoques de Matéria Prima, Componentes e Insumos, registrados no Almoxarifado, destinam-se à fabricação de elementos combustíveis para a 23ª recarga de Angra 1, 14ª recarga de Angra 2 e para a 1ª e 2ª região do núcleo de Angra 3.

O saldo de Importações em Andamento refere-se aos custos de aquisição de componentes do elemento combustível, UF6 Natural e Enriquecimento de urânio para a 23ª recarga de Angra 2.

Material em Poder de Terceiros compreende o saldo do urânio referente ao material recebido da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, conforme Termo de Transferência de Urânio, de 23/11/2006, mantido nas instalações do Instituto de Pesquisas Nucleares e Energéticas – IPEN.

7. Impostos e Contribuições a Recuperar

| | Em milhares de reais | |
|----------------------------------|----------------------|---------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Saldo credor de ICMS | 608 | 535 |
| Saldo credor de IPI | 416 | 284 |
| Saldo credor de PASEP e COFINS | 3.054 | 4.403 |
| Saldo de IRPJ e CSLL a restituir | 72.633 | 63.631 |
| Total | 76.711 | 68.853 |

O saldo credor de ICMS origina-se, principalmente, das aquisições de matéria-prima, insumos e energia elétrica utilizados na fabricação dos produtos.

O saldo credor de IPI é decorrente das aquisições de matéria-prima e insumos utilizados no processo produtivo.

Os créditos do PIS/PASEP e da COFINS são provenientes das aquisições de matéria-prima, insumos, energia elétrica, alugueis de prédios, máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa, depreciação dos equipamentos ligados a produção e serviços utilizados na fabricação dos produtos/serviços conforme legislação vigente.

Os valores do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social - CSLL a restituir são créditos tributários acumulados (saldo negativo), corrigidos monetariamente, mensalmente, pela Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). O saldo negativo de IRPJ e CSLL se verifica quando, ao final do ano-calendário, a pessoa jurídica, contrapondo o IRPJ e a CSLL devidos e os valores antecipados ao longo do ano, identifica que houve retenção maior que o devido, configurando indébito passível de compensação, após o encerramento do ano-calendário.

8. Recursos para Contingências, Despesas Antecipadas e Outros Créditos

| | Em milhares de reais | |
|-----------------------------------|----------------------|---------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Adiantamentos a Funcionários | 84 | 116 |
| Recursos para Contingências – STN | 46.054 | 44.519 |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 145 | 642 |
| Notas de Débito | 588 | 350 |
| Total | 46.871 | 45.627 |

O saldo de Adiantamentos a Funcionários compreende os valores de férias e despesas de viagens no país.

Recursos para Contingências - Secretaria do Tesouro Nacional referem-se aos valores incluídos no Orçamento Fiscal da União, destinados à liquidação de sentenças trabalhistas e cíveis, registrados de acordo com a expectativa de liquidação no circulante e no não circulante (Nota 11), com correspondente provisão como contingências no passivo, conforme Nota 19.

Prêmios de Seguro - Os ativos e operações da companhia estão segurados por valores suficientes à cobertura de eventuais riscos e sinistros, nos seguintes ramos: Responsabilidade Civil de administradores e diretores, Riscos Nomeados nas unidades industriais e administrativas com cobertura de incêndio, raios, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, Seguro de Veículos, Seguro Vida em Grupo e Acidentes Pessoais e Transporte Nacional e Internacional.

O saldo de Notas de Débito compreende os ressarcimentos do pessoal cedido, empregados da INB, para exercício em outros órgãos ou entidades da União, Estados, e Municípios, incluindo a administração direta e indireta.

9. Créditos com Interligada

| | Em milhares de reais | |
|---|----------------------|---------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| NUCLEP – Financiamento | 24.641 | 21.526 |
| NUCLEP – Aluguéis | 4.701 | 4.701 |
| (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (4.701) | (4.701) |
| Total | 24.641 | 21.526 |

Saldos de operações pendentes há longa data, referentes aos contratos de aluguel do terreno de propriedade da INB, onde está situada a fábrica da NUCLEP, em Itaguaí/RJ, e de financiamento firmados, respectivamente, em 18/03/1983 e 08/12/1992, atualizado pela Taxa Referencial de Juros – TR e Juros de 12% ao ano.

Pelo Decreto-lei nº 2.464/1988 a INB sucedeu a NUCLEBRÁS e, de acordo com a Lei nº 7.915/1989, o controle acionário da NUCLEP foi transferido para a CNEN, deixando de ser subsidiária da INB, permanecendo o terreno registrado no ativo desta.

Em abril de 2004, o contrato de locação foi rescindido pelo Protocolo de Intenções, assinado pelos presidentes da INB, NUCLEP e CNEN, que estabeleceu ações para a regularização da situação documental do terreno e a extinção dos créditos e débitos recíprocos. Em 2007, com base na Informação COESP. P nº 014/2006, de 23/08/2006, foi constituída provisão sobre os valores a receber. O saldo do contrato de Aluguel do Terreno – Contrato n.º 6/83/003 era atualizado pelo sistema do Tribunal de Contas da

União (Sistema de Atualização de Débito) Débitos anteriores a 31/07/2011 devem ser atualizados monetariamente até essa data pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido dos juros simples de mora de 1% ao mês. A partir de 01/08/2011, todos os débitos devem ser atualizados exclusivamente com base na Taxa Selic.

Em 2010, com a interveniência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – atual MCTI, DEST (atual SEST) e CNEN foram realizadas duas audiências na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia Geral da União - AGU, em 05/08/2010 e 13/09/2010, em que houve proposta de transferência do terreno para a NUCLEP mediante capitalização desta última com subscrição de ações pela INB, sendo a proposta aprovada pela Diretoria Executiva da INB, porém sem aceitação pela Direção da NUCLEP.

Através da CE-PR 106/2015, de 30/06/2015 e CE-PR 128/2016, de 28/06/2016, a INB formalizou a necessidade de retomar as tratativas sobre a questão relativa ao saldo do Contrato de Mútuo de nº 3/92/006 (Contrato de Financiamento de Capital de Giro) e Aditamento nº 1, de 09/10/1995 (Dação em Pagamento através de prestação de serviços técnicos) e está aguardando o posicionamento da NUCLEP para tratarem do equacionamento da pendência. Materiais armazenados na Europa, rema-

nescentes de operação empréstimo, conforme contrato de mútuo firmado em 1994, com a empresa suíça Nuexco Exchange AG - NEAG, sendo estabelecido pelas partes contratantes que o urânio de propriedade da INB, que se encontrava estocado no exterior (na Siemens AG e na British Nuclear Fuels Limited - BNFL), bem como aquele que havia sido produzido durante o ano de 1994, na sua usina em Poços de Caldas, e sem uso imediato, seriam entregues à NEAG, que pagaria uma remuneração à INB durante o período de permanência do material em poder daquela. Desta forma, a INB se obrigava, contratualmente, a entregar 6 (seis) lotes, denominados de 1 a 6 e, em contrapartida, a NEAG se obrigava a devolver 6 (seis) lotes definidos como lotes A a F.

Em dezembro de 1994, quando foi identificado que os lotes 2, 3 e 5 ainda permaneciam nos locais iniciais de armazenagem, as entregas físicas não tinham sido efetivadas e que a NEAG não iria conseguir fazer as devoluções contratuais, a INB efetuou a Notificação de Rescisão Extrajudicial e comunicou este fato aos garantidores, dando início assim ao processo de disputa e solicitou à Siemens, nos termos do Contrato de Armazenagem, que ela fizesse a devolução dos lotes 2, 3 e 5, dando origem a três questões de contencioso cível, quais sejam: a) INB versus Siemens AG, no tribunal estadual de Osnabrueck; b) INB versus União de Bancos Suíços (UBS), no Supremo

Tribunal Federal em Karlsruhe e c) INB versus Texas Utilities (TXU) e Siemens AG, no Supremo Tribunal Federal em Karlsruhe, que passaram por diversas instâncias, com sentenças favoráveis ou não à INB.

Em relação ao Lote 3, considerando que a British Energy que reivindicava junto com a INB a titularidade do material ali contido não havia iniciado a disputa pertinente, a INB entendeu que seria mais econômico e estrategicamente mais interessante assinar um acordo com ela, onde as partes concordaram em dividir o lote em proporções iguais. Com isto, e considerando que o valor do urânio no mercado internacional favorecia contabilmente a operação, o assunto foi igualmente resolvido.

Em relação ao lote 5, a decisão transitou em julgado em meados de 2002, tendo o Supremo Tribunal Alemão reconhecido os direitos da INB sobre o urânio ali contido, excluindo de vez a UBS em relação a eventuais reivindicações sobre o mesmo. Em Outubro de 2016, o Tribunal de Osnabrück indeferiu o pedido de indenização da INB em relação à Siemens. Com essa decisão, a Siemens liberou o material e o assunto foi concluído.

Quanto ao lote 2, o tribunal de Osnabrueck concluiu que a Siemens agiu de forma correta quando se recusou, em 1995, a entregar o referido lote. Em audiência no dia 05/12/2014, o tribunal de Osnabrueck decidiu proceder com a lide em relação a todos os requerimentos pendentes, relativas a perdas e danos pela não devolução do lote 5, no período de 1995 a 2002, bem como as pendências relativas ao lote 2. Contudo, decisão do dia 27/11/2015, o tribunal de Osnabrueck sus-

pendeu as pretensões relativas ao Lote 2 (14 UBS-cilindros e 11 TUEC-cilindros).

O tribunal de Oldenburg, por meio de Resolução datada de 28/04/2016, entendeu que os Pareceres inicial e complementar não foram conclusivos e determinou a feitura de um novo laudo complementar bem como a oitiva do Dr. Wilder perante o tribunal.

O Tribunal renovou a proposta de transação segundo a qual a INB deveria renunciar a todos os eventuais direitos de perdas e danos contra a Siemens/Areva em relação às lides do Lote 2. Para a oitiva do perito e tentativa de um eventual acordo, o Tribunal de Oldenburg agendou uma audiência para o dia 11/08/2016.

Em 21/12/2016, o Tribunal de Oldenburg prolatou sentença desfavorável à INB, na medida em que indeferiu o pleito da INB. Sobre tal situação, ainda é passível de recurso, o qual será realizado através do Aditamento nº 22.

11. Recursos para Contingências, Depósitos Judiciais e Outros Créditos

| | Em milhares de reais | |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 Reclassificado |
| Recursos para Contingências – STN | 31.343 | 13.615 |
| Depósitos Judiciais | 17.374 | 15.937 |
| Notas do Tesouro Nacional | 1.758 | 1.424 |
| Outros Créditos | 60 | 70 |
| Total | 50.535 | 31.046 |

10. Estoques Contingentes

| Lote nº | Tipo | Em milhares de reais | | | |
|---------|-------------------------------------|----------------------|------------|----------|----------|
| | | Kg UTS | Kg U | 31.12.16 | 31.12.15 |
| 2 | 25 cilindros de UF6 a 2,5% | 95.081,74 | 199.923,98 | 986 | 986 |
| 2 | (-) Provisão p/ perdas nos estoques | | | (986) | (986) |
| | | | | - | - |

Recursos para Contingências - Secretaria do Tesouro Nacional referem-se aos valores incluídos no Orçamento Fiscal da União, destinados à liquidação de sentenças trabalhistas e cíveis, registrados de acordo com a expectativa de liquidação no circulante (Nota 8) e no não circulante, com correspondente provisão como contingências no passivo, conforme Nota 19.

Depósitos Judiciais referem-se a recursos em processos trabalhistas, cíveis, previdenciários, ambientais e fiscais. Neste último está incluído o questionamento quanto à incidência de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e Imposto de Renda sobre o Contrato de Desenvolvimento do Combustível Avançado. Depósito judicial previdenciário refere-se ao valor do depósito integral da autuação fiscal pelo INSS, relativa ao adicional de contribuições decorrentes dos riscos ambientais de trabalho, competências 04/1999 a 07/2003. Os depósitos judiciais ambientais referem-se a autos de infração lavrados pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis contra a INB, na Unidade de Concentrado de Urânio - URA, em Caetité/BA.

Compreendem Notas do Tesouro Nacional, Série P - NTN-P repassados à Secretaria do Tesouro Nacional de acordo com a portaria nº 266, de 14 de maio de 2014, provenientes do processo de venda de ações realizados no período de 07/01/2014 a 13/03/2014, com liquidação financeira em 18/03/2014, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, Decreto nº 1.068/94. Os títulos emitidos têm as seguintes características: vencimento em 1º de janeiro de 2030, taxa

de juros 6% ao ano e atualização monetária pela taxa referencial divulgada pelo BACEN. Esses títulos estavam custodiados no BNDES, originários de depósitos compulsórios convertidos em ações da Eletrobrás, Tractebel, Telebrás e TIM.

12. Investimentos

| | Em milhares de reais | |
|--------------------------------|----------------------|--------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Propriedades para investimento | 1.560 | 1.560 |
| Total | 1.560 | 1.560 |

Propriedades para Investimento - O Governo publicou o Decreto 76.824/75 em 17/12/1975 referente à desapropriação declarando de utilidade pública a gleba de cerca de 1.603.937,00 m² no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, composta de 2.058 (dois mil e cinquenta e oito) lotes do 4º Loteamento Brisamar (Fazenda Arapucaia Guassú), pertencentes a diversos proprietários em favor das Empresas Nucleares Brasileiras S/A - NUCLEBRÁS para a implantação de uma fábrica de componentes pesados de reatores e outras unidades industriais relacionadas com o ciclo de combustível nuclear, para atender ao Programa Nuclear Brasileiro. Em 1988, em decorrência do Decreto-Lei n.º 2.464, de 31 de agosto, a INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A sucedeu a Nuclebrás, em todos os direitos e obrigações inclusive transferindo a propriedade do citado terreno para a INB.

A classificação como Propriedades para Investimento foi efetuada em conformidade com o item 8 do Pronunciamento Técnico CPC 28.

13. Imobilizado

| | | Em milhares de reais | | | | | |
|--|-------------|----------------------|-------------------|-----------------|--------------|-----------------|------------------|
| | | Taxas de Deprec. | Saldo em 31.12.15 | Adições | Baixas | Trans-ferências | Saldo 31.12.16 |
| Terrenos | Custo | | 18.650 | - | - | - | 18.650 |
| Edificações Industriais | Custo | | 131.673 | 19 | - | 2.316 | 134.008 |
| | Depreciação | 3,33% | (38.648) | (3.966) | - | (9) | (42.623) |
| Edificações | Custo | | 20.739 | - | - | (42) | 20.697 |
| | Depreciação | 2,50% | (11.560) | (296) | - | 10 | (11.846) |
| Instalações Industriais | Custo | | 39.719 | 176 | - | (418) | 39.477 |
| | Depreciação | 3,33% | (7.955) | (1.210) | - | 66 | (9.099) |
| Instalações | Custo | | 6.213 | - | - | 1.417 | 7.630 |
| | Depreciação | 2,50% | (1.534) | (146) | - | (66) | (1.746) |
| Equipamentos Industriais e de Serviços | Custo | | 207.737 | 1.624 | - | 14.098 | 223.459 |
| | Depreciação | 6,67% | (100.291) | (12.545) | - | 46 | (112.790) |
| Equipamentos Industriais Específicos | Custo | | 145.729 | 55 | - | 45.415 | 191.199 |
| | Depreciação | 5,00% | (31.116) | (8.660) | - | (14) | (39.790) |
| Equipamentos de Laboratórios Específicos | Custo | | 30.402 | 44 | - | 3.522 | 33.968 |
| | Depreciação | 10,00% | (17.442) | (2.622) | - | (5) | (20.069) |
| Equipamentos de Proteção Específica | Custo | | 5.923 | 14 | - | 1.507 | 7.444 |
| | Depreciação | 20,00% | (4.983) | (361) | - | (1) | (5.345) |
| Móveis e Utensílios | Custo | | 13.357 | 17 | - | 214 | 13.588 |
| | Depreciação | 10,00% | (9.778) | (721) | - | (18) | (10.517) |
| Bens de Informática | Custo | | 12.149 | 27 | - | 4 | 12.180 |
| | Depreciação | 33,33% | (10.405) | (1.171) | - | - | (11.576) |
| Bens de Informática - Infraestrutura | Custo | | 3.572 | - | - | - | 3.572 |
| | Depreciação | 20,00% | (3.400) | (68) | - | - | (3.468) |
| Veículos | Custo | | 8.461 | 88 | (222) | - | 8.327 |
| | Depreciação | 20,00% | (6.299) | (837) | 195 | - | (6.941) |
| Veículos Especiais | Custo | | 5.575 | - | - | 41 | 5.616 |
| | Depreciação | 6,67% | (2.999) | (285) | - | (7) | (3.291) |
| Imobilizações em Curso | Custo | | 226.515 | 56.906 | - | (68.653) | 214.768 |
| Total de Custo | | | 876.414 | 58.970 | (222) | (579) | 934.583 |
| Total de Depreciação | | | (246.410) | (32.888) | 195 | 2 | (279.101) |
| Saldo Líquido | | | 630.004 | 26.082 | (27) | (577) | 655.482 |

Com base nos trabalhos de inventário físico de todos os bens do ativo imobilizado realizados no exercício de 2012 e com base nos laudos recebidos, foram criadas novas contas patrimoniais, agrupando os bens patrimoniais por classes de ativos, com taxas de depreciação específicas para cada grupo e revistos os valores de depreciação dos bens para os anos de 2010 e 2011. Foi revisto também o critério de depreciação dos equipamentos utilizados nos sistemas de Reversão, Peletização e do Enriquecimento de forma acelerada e com base no cronograma de produção, a Administração optou pela descontinuidade do procedimento até então adotado.

14. Intangível

| Projetos | Método de Amortização | | Em milhares de reais | | | |
|--|-----------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------|-----------------|-------------------|
| | | | Saldo em 31.12.15 Reclassificado | Adições | Transferências | Saldo em 31.12.16 |
| Caetité | Unidades | Custo | 12.432 | - | - | 12.432 |
| | Produzidas | Amortiz. | (7.014) | (1.243) | 4 | (8.253) |
| Pastilhas | | Custo | 10.346 | - | - | 10.346 |
| | 40 anos | Amortiz. | (4.354) | (259) | - | (4.612) |
| Reversão | | Custo | 14.103 | - | - | 14.103 |
| | 40 anos | Amortiz. | (5.407) | (353) | - | (5.759) |
| Enriquecimento | | Custo | 35.261 | - | - | 35.261 |
| | 40 anos | Amortiz. | (5.877) | (882) | - | (6.758) |
| Direitos de Uso Mineral | | Custo | 865 | - | - | 865 |
| | - | Amortiz. | (865) | - | - | (865) |
| Licença de Uso de Tecnologia | Média | Custo | 12.298 | 238 | 14.123 | 26.659 |
| | 11 anos | Amortiz. | (12.298) | (3.324) | - | (15.623) |
| Total dos Produtos em Operação | | Custo | 85.306 | 238 | 14.123 | 99.666 |
| | | Amortiz. | (35.815) | (6.061) | 4 | (41.871) |
| Saldo Líquido | | | 49.491 | (5.823) | 14.127 | 57.795 |
| Projetos em Desenvolvimento | | | 22.127 | 1.220 | (13.544) | 9.803 |
| FCN - Transferência de Tecnologia Lagoa Real - 2ª Fase | | | 14.122 | 77 | (14.122) | 77 |
| | | | 8.005 | 1.143 | 578 | 9.726 |
| Total Geral | | | 71.618 | (4.603) | 583 | 67.598 |

Quanto aos testes de recuperabilidade, a empresa de consultoria contratada, em seu laudo técnico definiu que, em função das atividades da INB se tratarem de assunto estratégico do Governo Brasileiro, não caberiam ajustes por impairment, portanto, não foi reconhecida nenhuma perda nos resultados dos períodos.

No exercício de 2016 nas contas do ativo imobilizado a Usina de Enriquecimento de Urânio registrou adições na ordem de R\$ 33.456 mil.

Transferência de Tecnologia refere-se à concessão de licenças de uso dos códigos computacionais e metodologias de projeto utilizada no processo de produção e inspeção da qualidade dos combustíveis, acesso às novas especificações técnicas e aos relatórios de projeto neutrônico SAV-95, assim como, os projetos de fabricação dos contêineres de transporte para elementos combustíveis, varetas combustíveis e pastilhas de UO2.

ra do Ativo Não Circulante - Subvenção do Tesouro para Investimentos, como forma de demonstração da dedução dos ativos adquiridos com a subvenção, para apuração do valor líquido do Ativo, sendo apropriado ao resultado com base na depreciação ou por baixa dos ativos adquiridos com os respectivos recursos, de acordo com o disposto na Deliberação CVM nº 555/2008, item 27 (itens 23, 24 e 27 do CPC 07 (R1)).

15. Subvenção do Tesouro para Investimentos (conta retificadora do ativo)

| | Em milhares de reais | | | |
|--|----------------------|---------|---------|----------------|
| | Saldo Inicial | Adições | Baixas | Saldo final |
| Transf. de Adiantº Fut. Aum. Capital – exerc. 2008 | 36.000 | | | |
| Transf. de Adiantº Fut. Aum. Capital – exerc. 2009 | 24.860 | | | |
| Transf. de Adiantº Fut. Aum. Capital – exerc. 2010 | 33.813 | | | 94.673 |
| Movimentação no exercício de 2010 | | | (1.500) | |
| Movimentação no exercício de 2011 | | 39.800 | (932) | |
| Movimentação no exercício de 2012 | | 12.724 | (1.720) | |
| Movimentação no exercício de 2013 | | 36.669 | (2.051) | |
| Movimentação no exercício de 2014 | | 36.317 | (3.566) | |
| Movimentação no exercício de 2015 | | 33.412 | (7.969) | |
| Saldo em 31.12.15 | | | | 235.857 |
| Recursos recebidos no exercício | | 63.980 | | |
| Realização por depreciação ou baixa | | | (6.910) | |
| Saldo em 31.12.16 | | | | 292.927 |

A partir do exercício de 2010, os Recursos do Tesouro para Investimentos no Projeto de Enriquecimento de Urânio, recebidos a partir de 2008, passaram a ser tratados como subvenção (Receita a Apropriar), sendo reclassificados para a conta retificado-

Esse procedimento se deve em função da consulta formulada pelo Conselho Fiscal da INB a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAS/nº 2.332/2010 onde a procuradoria é contrária ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC por entender que a

CNEN não é a responsável pelas transferências financeiras a título de subvenção para Investimento para a INB, e sim o Tesouro Nacional (União) através da Fonte 100.

Recentemente, foram recomendados pelo Coordenador Geral de Gestão Corporativo das Estatais que fossem mantidos os procedimentos atualmente utilizados por essas empresas, tendo em vista que estavam sendo efetuados estudos para apresentação de recomendações por parte do órgão de controle, o DESTMP, sendo adiantado que uma das soluções seria a transformação das empresas sociedades de economia mista em empresas públicas, citando como exemplo, o Parecer PGFN/CAS N° 1.774/2013, elaborado para as empresas CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos e CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia.

16. Fornecedores

| | Em milhares de reais | |
|---|----------------------|--------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Fornecedores no país | | |
| Fornecedores de materiais e de serviços | 4.927 | 1.835 |
| Retenções contratuais | 127 | 127 |
| Total | 5.054 | 1.962 |
| Fornecedores no exterior | | |
| Areva | - | 4.670 |
| Kepeco Nuclear Fuel | 2.566 | - |
| Outros | 777 | 706 |
| Total | 3.343 | 5.376 |
| Total Geral | 8.397 | 7.338 |

Os principais fornecedores no exterior são URENCO Enrichment Company Ltd. (enriquecimento do urânio), NUKEN GmbH (conversão de U308 em UF6), AREVA NP GmbH, KEPCO Nuclear Fuel e WESTINGHOUSE

ELETRIC CO. (componentes para o elemento combustível - grades espaçadoras, tubos, molas, barras, varetas gadolíneo e etc.), Itochu Internat. Inc. e UG Gesellschaft GmbH (Concentrado de Urânio/UF6 Natural).

17. Impostos, Contribuições e Obrigações Sociais

| | Em milhares de reais | | | |
|------------------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.16 | | 31.12.15 | |
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Férias a pagar | 27.029 | - | 24.415 | - |
| Impostos sobre vendas (ICMS) | 522 | 30.094 | 522 | 28.459 |
| Tributos sobre vendas | 72 | - | - | - |
| Outras obrigações | 288 | - | 335 | - |
| Total | 27.911 | 30.094 | 25.272 | 28.459 |

Os valores relativos a Férias a pagar devidas aos empregados estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo.

Impostos sobre vendas (ICMS) compreende a provisão do ICMS incidente sobre o registro do faturamento para entrega futura, relativo aos Elementos Combustíveis do Núcleo de Angra 3 (FCN – Resende) e Concentrado de Urânio (URA - Caetité), para recolhimento na entrega desses produtos.

Tributos sobre vendas compreendem a provisão dos impostos incidentes sobre o registro das receitas mensais, relativas aos contratos de comercialização, para recolhimento no prazo de vencimento normal.

18. Dívida com Previdência Privada

| | Em milhares de reais | | | |
|---------------------------|----------------------|----------------|---------------|----------------|
| | 31.12.16 | | 31.12.15 | |
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Dívida Consolidada | 15.904 | 168.007 | 14.810 | 161.076 |

Representa a Dívida Consolidada da INB para com o NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, oriunda da reestruturação

do Programa Nuclear Brasileiro, empreendida pelo Governo Federal em agosto de 1988, ocasião em que a INB absorveu na sua

contabilidade o débito existente, oriundo da NUCLEBRÁS, companhia a quem sucedeu na citada reorganização do setor.

Em 31 de maio de 2006, a INB e o NUCLEOS celebraram o Termo de Transação para Homologação em Juízo, homologado em outubro de 2006, que consolidou as dívidas existentes e estabeleceu novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC. A INB efetua regularmente os pagamentos mensais da dívida consolidada.

19. Provisão para Contingências

A INB é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental decorrentes do curso normal de suas atividades.

A avaliação do risco de perda de cada processo é efetuada com base na opinião dos assessor

es jurídicos internos e externos, que levam em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. As provisões para contingências foram constituídas para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

a) Passivos Contingentes - Prováveis

| | Em milhares de reais | | | |
|---------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.16 | | 31.12.15 | |
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Ações Trabalhistas | 6.909 | 31.308 | 10.504 | 13.594 |
| Ações Cíveis | 37.180 | 35 | 34.015 | 20 |
| Ações Ambientais | 25.012 | 863 | 52 | - |
| Ações Fiscais | 4.308 | - | 4.112 | - |
| Subtotal | 73.409 | 32.206 | 48.683 | 13.614 |
| Depósitos judiciais | (8.166) | (661) | (6.523) | (500) |
| Total | 65.243 | 31.545 | 42.160 | 13.114 |

A movimentação das provisões para contingências pode ser resumida como segue:

| | Em milhares de reais | | | | |
|--------------------------|----------------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Ambientais | Fiscais | Total |
| Saldo em 31.12.15 | 24.098 | 34.035 | 52 | 4.112 | 62.297 |
| Adições e atualizações | 14.532 | 3.180 | 25.823 | 196 | 43.731 |
| Baixas | (413) | - | - | - | (413) |
| Saldo em 31.12.16 | 38.217 | 37.215 | 25.875 | 4.308 | 105.615 |

A liquidação de sentenças trabalhistas e cíveis é garantida por recursos da Secretaria do Tesouro Nacional, incluídos no Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP (Portaria nº 1, de 11/01/2010), centralizados no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, registrados no Ativo - Recursos para Contingências - STN, no Ativo Circulante e Não Circulante, conforme notas explicativas nº 8 e 11, respectivamente.

Ações Trabalhistas

Os processos trabalhistas de maior relevância ajuizados contra a INB referem-se a Ações Cíveis Públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho - MPT na 3ª Região (MG) efetuando um valor de R\$ 700 mil e na 5ª Região (BA) totalizando um valor de R\$ 20.610 mil, tendo por origem fatos relativos aos seguintes temas: terceirização de serviços atrelados a atividades finalísticas da INB; descumprimento de obrigações legais trabalhistas como cálculo de horas extras, limites de jornadas de trabalho e seus intervalos intra e inter jornadas; questões ligadas ao descumprimento de obrigações nas plantas industriais quanto à segurança do trabalho; prática de atos antirrepresentativos e sindicais.

Ações Cíveis

As ações cíveis compreendem processos de terceiros movidos contra a INB, com pedidos de indenizações por danos pessoais, pensões vitalícias e danos materiais totalizando uma provisão de R\$ 37.215 mil. O processo de maior relevância tem como reclamante WNR Serviços Técnicos de Engenharia, registrada no valor de R\$ 37.000 mil, com pedidos de indenizações por danos materiais e lucros cessantes (Contratos celebrados com a INB e a NUCLEI de serviços de locação de equipamentos de informática - máquinas modelo 'XT' e foram rescindidos em razão da obsolescência dos equipamentos utilizados).

Ações Fiscais

As ações fiscais compreendem processos da Receita Federal referentes à cobrança de tributos incidentes nas remessas a beneficiários no exterior relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e Imposto de Renda sobre o Contrato de Desenvolvimento do Combustível Avançado e autuação fiscal pelo INSS relativa ao adicional de contribuições decorrentes dos riscos ambientais de trabalho, competências 04/1999 a 07/2003. Os maiores processos têm como reclamante a Secretaria da Re-

ceita Federal com o valor total de R\$ 1.949 mil e o INSS - Instituto Nacional Seguro Social com o valor total de R\$ 2.357 mil.

Ações Ambientais

As ações ambientais de maior relevância referem-se a 04 (quatro) autos de infrações lavrados pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis contra a INB, na Unidade de Concentração de Urânio - URA, em Caetité/BA, 01 (um) auto de infração no valor de R\$ 2.049 mil e na Fábrica de Combustíveis Nucleares - FCN, em Resende/RJ, 03 (três) autos de infração no total de R\$ 21.988 mil.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As contingências classificadas como risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão, e os seus saldos estão representados conforme a seguir:

| | Em milhares de reais | |
|--------------------|----------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Ações Trabalhistas | 96.739 | 113.451 |
| Ações Cíveis | 12.528 | 55.510 |
| Ações Ambientais | 4.882 | 10.611 |
| Ações Fiscais | 1.657 | 31 |
| Total | 115.806 | 179.603 |

O processo de maior relevância é a ação trabalhista coletiva 0939/2005/12ª VT/SP, que tem como objeto pedido de indenização, pensão, plano médico, danos morais e físicos, avaliado em R\$ 78.064 mil, no longo prazo

20. Obrigações com Clientes

| | Em milhares de reais | |
|---|----------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Adiantamento e obrigações com clientes | | |
| Eletronuclear | | |
| Carga Inicial de Angra 3 | 183.604 | 183.604 |
| 22ª Recarga de Angra 1 | - | 50.892 |
| 23ª Recarga de Angra 1 | 134.296 | - |
| 13ª Recarga de Angra 2 | 1.701 | - |
| 14ª Recarga de Angra 2 | 10.667 | - |
| CTMSP – Projeto LABGENE | 2.988 | 2.988 |
| Outros | 761 | 30 |
| Total | 334.017 | 237.514 |

Obrigações com Clientes compreendem os valores recebidos a título de adiantamento de clientes e obrigações por conta de eventos contratuais de execução de fornecimentos para as recargas das usinas de Angra 1, 2 e 3 para a Eletronuclear e de elementos combustíveis para o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE do CTMSP. O reconhecimento das receitas é efetuado à medida que são concluídos os eventos físicos dos respectivos contratos.

21. Outras obrigações

| | 31.12.16 | | 31.12.15 | |
|---------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Empréstimo de Materiais – CTMSP | 3.175 | - | 3.175 | - |
| Repasse do FAPM / FABES | 13.164 | - | 10.627 | - |
| Subvenções a Realizar | 37.000 | - | - | - |
| Contrato de Preservação | - | 1.237 | - | 1.157 |
| Outras Contas a Pagar | 1.097 | - | 4.362 | - |
| Total | 54.436 | 1.237 | 18.164 | 1.157 |

Empréstimo de Materiais refere-se ao contrato de mútuo de composto de urânio firmado com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, para ser devolvido em 06 (seis) lotes anuais, a partir de 1º de agosto de 2012 e término em 30/04/2017.

Repasse do FAPM/FABES refere-se aos valores recebidos a título de participação dos empregados (10% ou 30%) nas despesas médicas decorrentes de procedimentos de Grande Risco para composição do Fundo de Apoio ao Plano Médico.

Subvenções a Realizar referem-se aos repasses efetuados pelo Tesouro - STN a título de Subvenções para Custeio para aquisição de Concentrado de Urânio - U308 para a 23ª Recarga de Angra I cujos custos ainda não incorreram conforme Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) itens 16 e 17 respeitando assim o regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontado com as despesas correspondentes.

Contrato de Preservação de Equipamentos - NPP 4 refere-se ao saldo do contrato de nº 0284

de agosto de 1987, firmado entre Nuclebrás/INB e Nuclebrás Equipamentos Pesados - Nuclep para fornecimento de apoio de armazenamento e execução da proteção e preservação dos equipamentos e peças da Usina NPP4, constituídos do gerador de vapor, vaso de pressão e anel do pressurizador, sendo o valor contratual atualizado pelo Sistema de Débito Web administrado pelo TCU - Tribunal de Contas da União.

Outras Contas a Pagar representa a provisão de despesas operacionais mensais com serviços de transportes, segurança, refeição, limpeza, etc.

22. Patrimônio Líquido

| | Em milhares de reais | |
|------------------------|----------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Capital Social | 302.637 | 302.637 |
| Reserva de Capital | 82.058 | 82.058 |
| Reserva de Reavaliação | 9.936 | 11.319 |
| Prejuízos Acumulados | (9.111) | (5.890) |
| Total | 385.520 | 390.124 |

a) O Capital Social, subscrito e integralizado no valor de R\$302.637 mil está representado por 233.489.166 ações sem valor nominal, com a seguinte composição acionária:

| Acionistas | Em milhares de reais | | | |
|--|--------------------------------|-------------------|--------------------|----------------|
| | Quantidades e Classes de Ações | | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | % |
| Comissão Nac. Energia Nuclear – CNEN | 140.089.096 | 93.392.676 | 233.481.772 | 99,9968% |
| Instituto de Pesq. Energ. e Nucleares - IPEN | 3.400 | - | 3.400 | 0,0015% |
| Outros – PJ e PF | 1.130 | 2.864 | 3.994 | 0,0017% |
| Total | 140.093.626 | 93.395.540 | 233.489.166 | 100,00% |

b) Reserva de Capital – saldo remanescente da conta de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, existente em 31/12/2007, no valor de R\$178.057 mil, transferido para a conta de Reserva de Capital – Investimentos para absorver a baixa de créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência das alterações promovidas pela Lei 11.638/2007.

| Descrição | Em milhares de reais | |
|---|----------------------|---------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Contrib. Social e Imp. Renda Diferida da Reavaliação | 5.116 | 5.829 |
| Reserva de Reavaliação | 9.935 | 11.319 |
| Reavaliação Espontânea dos Ativos Operacionais | 15.051 | 17.148 |

c) Reserva de Reavaliação – constituída em setembro de 2000, com base na reavaliação espontânea dos ativos operacionais da empresa, registrando os efeitos fiscais futuros da constituição da provisão para o imposto de renda e contribuição social diferido sobre a reavaliação. Em outubro de 2007 foi concluída nova reavaliação dos ativos, cuja realização vem sendo procedida em função da depreciação ou baixa dos ativos reavaliados. Cálculo Mensal (baixa): Os valores da depreciação mensal, dos bens reavaliados, são adicionados às bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e de acordo com a alíquota de cada tributo, 9% CSLL e 25% IRPJ, são transferidos do passivo não circulante para o circulante onde irão compor a provisão mensal dos tributos, apresentando os seguintes saldos:

23. Receita Operacional Líquida

| | Em milhares de reais | |
|---|----------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços | 591.863 | 473.955 |
| Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional | 261.663 | 243.618 |
| Receita Bruta | 853.526 | 717.573 |
| (-) Impostos, Contribuições e Deduções sobre Vendas | (161.725) | (130.638) |
| Receita Operacional Líquida | 691.801 | 586.935 |

a) Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços

Compreende a receita apropriada no exercício referente aos contratos de: i) fornecimento de concentrado de urânio, ii) conversão, enriquecimento e gerenciamento e iii) fabricação de elementos combustíveis, firmados com a Eletrobrás Termonuclear – Eletronuclear, relativos aos eventos da 22ª recarga de Angra 1, 13ª recarga de Angra 2, Urânio em forma Pó de UO2 Enriquecido para CONUAR - Combustíveis Nucleares Argentinos, Bocais Superior e Inferior para KEPCO Nuclear Fuel e Prestação de Serviço de Engenharia no Exterior para Westinghouse, bem como a venda dos produtos da Unidade de Minerais Pesados – UMP, em Buena/RJ.

b) Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional (Subvenção Governamental)

| | Em milhares de reais | |
|--------------|----------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Investimento | 63.980 | 33.412 |
| Pessoal | 252.317 | 231.725 |
| Custeio | 2.436 | 3.924 |
| Total | 318.733 | 269.061 |

Recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional, incluídos no Orçamento Fiscal da União, destinados a investimentos no Projeto de Enriquecimento de Urânio em Resende - FCN (RJ), do PAC para ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - URA (BA) e ao pagamento de pessoal (remuneração e encargos sociais) e custeio, classificados como a seguir:

Investimentos: destinados a investimentos no Projeto de Enriquecimento de Urânio em Resende - FCN (RJ), do PAC para ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - URA (BA), registrados como Subvenção (conta redutora do Ativo).

Pessoal: destinados a gastos de Pessoal (Remuneração e Encargos Sociais), registrados como receita operacional.

Custeio: destinados aos gastos de custeio operacional e benefícios, registrados como receita operacional.

Os Recursos recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional para fazer face às despesas de pessoal e custeio são classificados como receita de subvenção e apropriados ao Resultado do Exercício no mesmo período de competência das despesas a que estão relacionados. Os recursos recebidos para investimentos são classificados em conta redutora do Ativo Não Circulante e apropriados ao resultado com base na depreciação ou baixa dos ativos correspondentes.

As receitas de subvenção apropriadas ao exercício findo em 31/12/2016 e em 31/12/2015 estão demonstradas a seguir:

| | Em milhares de reais | |
|--------------|----------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Investimento | 6.910 | 7.969 |
| Pessoal | 252.317 | 231.725 |
| Custeio | 2.436 | 3.924 |
| Total | 261.663 | 243.618 |

24. Despesas administrativas e custos não alocados à produção, por natureza de gastos

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Pessoal (Remuneração, Encargos e Benefícios) | 276.796 | 201.780 |
| Serviços Profissionais | 35.506 | 29.699 |
| Despesas Estruturais e de Instalação | 16.578 | 15.922 |
| Depreciação e Amortização | 25.210 | 11.880 |
| Material de Reposição e Conservação | 10.944 | 9.429 |
| Outras Despesas | 48.832 | 13.746 |
| Total | 413.866 | 282.456 |

Despesas Administrativas são os gastos das áreas da Presidência/Conselhos e Diretoria de Finanças e Administração. Custos Não Alocados são os gastos não absorvidos pela produção, decorrentes da utilização do critério de capacidade normal de produção, das áreas industriais da Diretoria de Produção do Combustível Nuclear, Diretoria Técnica de Enriquecimento Isotópico e Diretoria de Recursos Minerais.

Inclui os gastos de manutenção da Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, no montante de R\$ 28.182 mil acumulados em 31/12/2016 (R\$ 27.259 mil em 31/12/2015), que se encontra em processo de descomissionamento.

25. Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

| | Em milhares de reais | |
|------------------------------|----------------------|--------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Outras Receitas Operacionais | 563 | 73 |
| Outras Despesas Operacionais | - | - |
| Receitas Não Operacionais | 133 | 19 |
| Despesas Não Operacionais | (866) | (254) |
| Total | (170) | (162) |

Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas são atividades acessórias ao objeto da empresa e inclui o Resultado Não Operacional como lucros ou prejuízos obtidos na venda ou baixa de bens do Ativo Não Circulante – Imobilizado.

26. Resultado Financeiro

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|---------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Receita Financeira | | |
| Juros e ganhos em aplicações financeiras | 16.244 | 5.040 |
| Juros capitalizados | 2.656 | 2.315 |
| Variações cambiais | 31.263 | 9.002 |
| Variações monetárias | 461 | 362 |
| Outros | 7.977 | 7.795 |
| Total | 58.601 | 24.514 |

| | Em milhares de reais | |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Despesa Financeira | | |
| Juros sobre dívidas | (10.710) | (10.010) |
| Variações cambiais | (618) | (11.241) |
| Variações monetárias | (12.920) | (17.685) |
| Outros | (5.115) | (5.710) |
| Total | (29.363) | (44.646) |
| Resultado financeiro líquido | 29.238 | (20.132) |

As despesas financeiras correspondem aos encargos de juros, variações monetárias e cambiais sobre os saldos dos passivos, que incluem fornecedores no exterior, a dívida com o NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social (atualização monetária – INPC e juros de 6% ao ano) e atualização monetária sobre a provisão do ICMS incidente sobre o registro do faturamento para entrega futura relativo aos Elementos Combustíveis do Núcleo de Angra 3 (FCN – Resende).

27. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e da contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| | Em milhares de reais | | | |
|--|----------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31.12.16 | | 31.12.15 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Regime Fiscal - Lucro Real | | | | |
| Lucro / (prejuízo) antes IRPJ e CSLL | (1.776) | (493) | 33.084 | 34.545 |
| Ajustes para o cálculo dos tributos: | | | | |
| - Adições (+) | 30.380 | 29.097 | 6.182 | 4.721 |
| - Exclusões (-) | (8.240) | (8.240) | (16.068) | (16.068) |
| Base de cálculo dos tributos | 20.364 | 20.364 | 23.198 | 23.198 |
| Compensação de prejuízos fiscais e base negativa (30%) | (6.109) | (6.109) | (6.959) | (6.959) |
| Lucro Real / (prejuízo) a compensar | 14.255 | 14.255 | 16.239 | 16.239 |
| Tributos correntes - IRPJ (15% + 10% adic.) wwe CSLL (9%) | (3.540) | (1.283) | (4.036) | (1.462) |
| Total IRPJ e CSLL | | (4.823) | | (5.497) |

28. Lucro por Ação

Lucro por Ação: 1) Básico - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. 2) Diluído - O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais que provocariam diluição. A Sociedade não tem ações ordinárias e preferenciais potenciais que provocariam diluição.

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|-----------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Lucro Atribuível aos Acionistas | (5.316) | 29.048 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferências emitidas/ em circulação | 233.489.166 | 233.489.166 |
| Lucro Líquido Básico e diluído por ação em reais | (R\$ 0,02) | R\$ 0,12 |

29. Benefícios aos Empregados e Dirigentes

A Companhia mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes:

- Benefícios de curto prazo: plano de assistência médica-odontológica, seguro de vida em grupo, bolsa educacional, auxílio creche, alimentação e transporte.
- Benefícios de longo prazo: À exceção

do plano de previdência privada, descrito na nota explicativa nº 30, a Companhia não mantém benefícios de demissão, nem quaisquer remunerações ou rendimentos não previstos nos contratos de trabalho ou acordos coletivos, nem remunerações em ações ou em títulos equivalentes à participação patrimonial ou quaisquer outros benefícios de longo prazo ou pós-emprego.

30. Plano de Previdência Privada – Benefício Definido

• O NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social (“Nucleos”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social. É uma entidade regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001 (LC 108/2001 e LC 109/2001).

• A Entidade tem por objetivo instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, Eletrobrás Termoeletrônica S.A. – ELETRONUCLEAR e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, bem como aos do NUCLEOS, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

• O programa é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – BD, que visa garantir aos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, mediante a complementação dos benefícios concedidos pela previdência social e o pagamento de pensão aos dependentes.

• Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: auxílio-doença, aposentadorias por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial, por tempo de contribuição antecipada, especial antecipada, abono anual, pensão e auxílio-reclusão.

• As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

• Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

• O NUCLEOS está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

• Em 31/12/2016, o número de participantes do NUCLEOS é o seguinte:

| | Em milhares de reais | | | |
|-------------------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|
| | Sistema de Núcleos | | INB | |
| | 31.12.16 | 31.12.15 | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Ativos | 3.433 | 3.582 | 1.152 | 1.166 |
| Assistidos | 1.071 | 945 | 461 | 458 |
| Beneficiários | 322 | 316 | 159 | 172 |
| Total de Participantes | 4.826 | 4.843 | 1.772 | 1.796 |

- As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes, na paridade de 1 para 1), destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

- Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou contribuições ao NUCLEOS no montante de R\$ 15.113 mil (R\$ 13.590 em 31/12/2015), correspondentes a 10,62% (janeiro a março) e 11,14% (abril a dezembro) da folha salarial dos empregados participantes, sendo 7,70% (janeiro a março) e 7,67% (abril a dezembro) correspondentes ao custo normal dos compromissos atuais com participantes ativos, 0,66% (janeiro a março) e 1,06% (abril a dezembro) correspondentes ao custo normal dos compromissos atuais com participantes assistidos e 2,26% (janeiro a março) e 2,41% (abril a dezembro) para amortização de provisões matemáticas a constituir, relativas aos compromissos decorrentes de serviços passados, conforme estabelecido nos Planos de Custeio de 2015 e 2016, com vigência, respectivamente, de 01/04/2015 a 31/03/2016 e 01/04/2016 a 31/03/2017.

- A avaliação atuarial anual de 2016 foi realizada pela assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do plano de benefícios administrado pelo NUCLEOS, MERCER/GAMA Consultores Associados Ltda, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo NUCLEOS, na data base de 30 de junho de 2016.
- Com base nas Demonstrações Contábeis do NUCLEOS de 31/12/2016 o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos em 31/12/2016 é como segue:

| | Em milhares de reais | |
|---|----------------------|------------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| A.Patrimônio Social | 2.930.635 | 2.439.395 |
| B.Fundos | 12.027 | 9.530 |
| B.1 Fundo Administrativo | 9.514 | 7.704 |
| B.2 Fundo dos Investimentos | 2.513 | 1.826 |
| C.Patrimônio de Cobertura do Plano (A - B) | 2.918.608 | 2.429.865 |

- No resultado apresentado na avaliação atuarial de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi registrado o valor do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 133.155 mil (Déficit Técnico Acumulado de R\$ 83.363 mil, em 2015), que representa 4,78% das provisões matemáticas (3,32%, em 2015) conforme demonstrado a seguir:

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|------------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 2.918.608 | 2.429.865 |
| Provisões Matemáticas | 2.785.453 | 2.513.228 |
| Benefícios Concedidos | 1.135.712 | 823.534 |
| Benefícios a Conceder | 1.674.504 | 1.723.013 |
| Provisões Matemáticas a Constituir | (24.763) | (33.319) |
| Superávit (Déficit) Técnico Acumulado | 133.155 | (83.363) |

- Provisões matemáticas: Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

- Benefícios concedidos: Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefício, líquido de suas contribuições.

- Benefícios a conceder: Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

- Provisões matemáticas a constituir: Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras referentes a serviço passado. Essas contribuições são destinadas à cobertura de compromissos previdenciais existentes na data da implantação do Plano Básico de Benefícios, de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras. O pagamento é realizado através de contribuição mensal calculada sobre a folha de salários de participação. O prazo de amortização é de 20 (vinte) anos e o término ocorrerá em novembro de 2020. Anualmente, no plano de custeio, a taxa é recalculada considerando o prazo remanescente de amortização.

- O déficit técnico teve sua origem em 2013, basicamente em razão da rentabilidade dos investimentos não ter alcançado a meta atuarial fixada em 11,90% (INPC + 6% a.a) naquele ano, ficando negativa em 9,34%. No entanto, no exercício de 2014, a rentabilidade auferida pelos investimentos do NUCLEOS foi positiva em 16,37%, superando a meta atuarial de 12,34% (INPC + 5,75% a.a), sendo este o principal fator para a redução do Déficit Técnico naquele exercício. No exercício de 2015, em virtude do cenário econômico adverso, a rentabilidade dos investimentos de 6,69% não alcançou a meta atuarial de 17,67%. A redução do déficit técnico ocorreu, principalmente, em razão da redução das provisões matemáticas, quando comparadas com a evolução da meta atuarial. O déficit registrado no encerramento do exercício de 2015 foi revertido com o resultado superavitário do plano de benefícios no exercício de 2016. Esse resultado superavitário está diretamente relacionado ao desempenho dos investimentos, com rentabilidade de 22,92% - superior à meta atuarial de 12,79%, reflexo de melhores condições e perspectivas da conjuntura econômica brasileira para investimentos dos "Fundos de Pensão".

- O passivo atuarial encerrado em 31/12/2016, comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015, apresenta as seguintes variações:

| | Em milhares de reais | | |
|-------------------------|----------------------|------------------|---------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 | Variação % |
| Passivo Atuarial | 2.810.216 | 2.546.547 | 10,35% |
| Benefícios Concedidos | 1.135.712 | 823.534 | 37,91% |
| Benefícios a Conceder | 1.674.504 | 1.723.013 | (2,82%) |

- A evolução dos compromissos atuariais totais ficou abaixo da meta atuarial, que registrou variação de 12,79% no ano de 2016, o que mostra o comportamento das premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial. A variação representativa no passivo atuarial de benefícios concedidos reflete a entrada de participantes em aposentadoria, ou seja, o aumento de participantes assistidos.

- Para atender o disposto no artigo 18 da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, as taxas de custeio dos participantes e patrocinadoras foram revistas de forma a garantir o equilíbrio do plano de benefícios. Para tanto, foi estabelecido pelo atuário responsável independente, o Plano de Custeio de 2017, aprovado na 184ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do NUCLEOS, realizada em 13/02/2017, com aplicação a partir de 01 de abril de 2017 e passou a adotar as seguintes taxas de contribuição para manutenção do equilíbrio do plano:

| Taxas de Contribuição | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| A – Patrocinadoras (A.1 + A.2) | 10,73% | 11,14% |
| A.1 – Custo Normal – Participantes Ativos | 7,24% | 7,67% |
| A.2 – Custo Normal – Participantes Assistidos | 1,48% | 1,06% |
| A.2 – Extraordinária [Serviço Passado] | 2,01% | 2,41% |
| B – Participantes Ativos (Custo Normal) | 7,24% | 7,67% |
| C – Participantes Assistidos (Custo Normal) | 8,00% | 8,00% |

- Considerando os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, esta especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e pelo Pronunciamento – CPC nº 33 (R1), a INB contratou a avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefícios pós-emprego, através da empresa ASSISTANTS Assessoria Consultoria e Participações Ltda – registro CIBA nº 68 – IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, cujos resultados são abaixo expostos.

- A avaliação da ASSISTANTS é baseada no regime de capitalização sob o método Crédito Unitário Projetado, que difere daquela que é periodicamente realizada pelo NUCLEOS, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

- No exercício de 2016 as hipóteses atuariais utilizadas para efeito da Deliberação CVM nº 695/2012 foram atualizadas e suas comparações com aquelas adotadas pelo NUCLEOS são demonstradas no quadro a seguir:

| Comparações de Hipóteses | Avaliações | |
|--|--|--|
| | NUCLEOS | CVM |
| Tábua de mortalidade de ativos e inativos | AT - 2000 (-10%) | AT - 2000(- 10%) |
| Tábua de mortalidade de Inválidos | AT – 1949 (+100%) | AT – 1949 (+ 100%) |
| Tábua de invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Taxa de juros atuariais | 5,83% a.a. | 5,79% a.a |
| Taxa de rotatividade | Gama – Experiência de rotatividade Nucleos | Gama – Experiência de rotatividade Nucleos |
| Taxa de crescimento salarial | 2,01% | 2,01% |
| Fator de capacidade | 0,9764 | 0,98 |
| Taxa anual de inflação projetada | 5,44% | 4,80% |
| % de casados na data de aposentadoria | 95% | 95% |
| Diferença de idade entre homens e mulheres | 4 anos | 4 anos |

- Com base nas hipóteses acima, a ASSISTANTS emitiu laudo de avaliação com o seguinte resultado para 31/12/2016, comparado a 31/12/2015:

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Alterações nas Obrigações | | |
| (a) Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício | 500.736 | 525.617 |
| (b) Custo do serviço | 9.134 | 12.192 |
| (c) Custo dos juros | 62.484 | 55.945 |
| (d) Benefícios pagos | (21.837) | (23.220) |
| (e) Ganhos (ou Perdas) Atuariais | 116.786 | (69.798) |
| (f) Obrigações com Benefícios Projetados no Fim do Exercício | 667.303 | 500.736 |
| Alterações nos Ativos Financeiros | | |
| (g) Valor justo dos ativos no início do exercício | 530.972 | 492.905 |
| (h) Retorno esperado dos investimentos | 67.822 | 53.443 |
| (i) Contribuições patronais | 12.634 | 12.009 |
| (j) Contribuições de participantes | 9.672 | 6.670 |
| (k) Benefícios pagos/adiantados | (21.836) | (23.220) |
| (l) Ganhos (ou Perdas) Atuariais | (69.232) | (10.835) |
| (m) Valor justo dos ativos no fim do Exercício | 530.032 | 530.972 |
| (n) Estado de Superávit (Cobertura) no Final do Exercício | (137.271) | 30.236 |

Considerando que a INB é corresponsável em regime de solidariedade plena com as demais patrocinadoras do NUCLEOS e, já que não ocorre à segregação formal dos ativos, o resultado da avaliação atuarial independente realizada pela ASSISTANTS aponta a necessidade de recursos financeiros da ordem de R\$137.271 mil, para cumprimento das obrigações com benefícios projetados, calculado pela adoção da proporcionalidade das obrigações. Essa proporção é definida em função do percentual das contribuições normais da INB em relação ao total de contribuições das patrocinadoras, extraídas do balancete do NUCLEOS. Por esse critério, foi identificado que os ativos financeiros da INB so-

am 21,59% em 2016 do total de ativos do plano (26,12% em 2015).

31. Conciliação dos Saldos pela Contabilidade Societária e pelo SIAFI

Em atendimento ao acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicada no Diário Oficial da União de 06/11/2006, S. 1, p. 86, apresentamos a conciliação dos saldos levantados pelo sistema contábil societário e o sistema SIAFI, em 31/12/2016, com as respectivas descrições das diferenças:

| Ativo | Societário | SIAFI | Em milhares de reais | |
|---|------------|---------|----------------------|------|
| | | | Diferença | Obs. |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 154.819 | 154.819 | - | - |
| Contas a Receber | 126.651 | 126.651 | - | - |
| Estoques | 224.313 | 216.589 | 7.724 | b/d |
| Impostos e Contribuições a Recuperar | 76.711 | 65.918 | 10.793 | a/c |
| Rec.p/ Contingências, Desp. Antec. e Outros Créditos | 46.871 | 46.871 | - | - |
| Créditos com Interligada | 24.641 | 24.641 | - | - |
| Rec. p/ Contingências, Dep. Judiciais e Outros Créditos | 50.535 | 50.535 | - | - |
| Investimentos | 1.560 | 139.369 | (137.809) | d |
| Imobilizado | 655.482 | 655.482 | - | - |
| Intangível | 67.598 | 67.598 | - | - |
| Subvenção do Tesouro para Investimentos | (292.927) | - | (292.927) | e |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores De Bens, Mat. e Serv. – País E Exterior | 8.397 | 127 | 8.270 | a/d |
| Impostos, Contribuições e Obr. Sociais de Curto Prazo | 27.911 | 27.551 | 360 | a/c |
| Previdência Privada de Curto Prazo | 15.904 | 15.904 | - | - |
| Provisão para Contingências de Curto Prazo | 73.409 | 73.409 | - | - |
| Obrigações com Clientes | 334.017 | 334.017 | - | - |
| Outras Obrigações de Curto Prazo | 54.436 | 40.387 | 14.049 | a/d |
| Impostos de Longo Prazo | 30.094 | 30.094 | - | - |
| Previdência Privada de Longo Prazo | 168.007 | 168.007 | - | - |
| Provisão para Contingências de Longo Prazo | 32.206 | 32.206 | - | - |
| Contr. Social e Imp. Renda Diferida da Reavaliação | 5.116 | 5.116 | - | - |
| Outras Obrigações de Longo Prazo | 1.237 | 11.644 | (10.407) | a/d |
| Capital Social | 302.637 | 302.637 | - | - |
| Reserva de Capital | 82.058 | 260.078 | (178.020) | e |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | 137.809 | (137.809) | d |
| Reserva de Reavaliação | 9.936 | 9.936 | - | - |

a) Diferença de saldo apurada por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI;

b) Diferença decorrente da apuração dos custos de produção, efetuada após a data de fechamento do SIAFI;

c) Diferença de saldo apurado na compensação de tributos nos livros fiscais;

d) Diferença de saldo decorrente de movimentação efetuada após a data de fechamento do SIAFI;

e) Diferença ocasionada pela falta de evento contábil, não disponibilizado no SIAFI.

32. Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a INB transfere através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, sendo as coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

Os ativos e operações da companhia estão segurados por valores suficientes à cobertura de eventuais riscos e sinistros, conforme segue:

Em milhares de reais

| Ramos | 31.12.16 | 31.12.15 |
|--|------------------|------------------|
| Responsabilidade civil de administradores e diretores | 10.000 | 10.000 |
| Riscos nomeados e operacionais com cobertura de incêndio | | |
| Unidades Industriais | 744.000 | 744.000 |
| Escritórios | 31.445 | 31.445 |
| Veículos (1) | Tabela FIPE | Tabela FIPE |
| Seguro vida em grupo e acidentes pessoais | 244.692 1.000 | 237.707 1.000 |
| Transporte nacional – avarias nos estoques (2) | | |
| Transporte internacional – avarias nos estoques (3) | 260.728 | 326.704 |

(1) Em caso de sinistro, a indenização é de 100% da tabela FIPE. Quando não existe referência na tabela FIPE, a indenização é realizada por valor determinado, discriminado no termo de Referência e conseqüentemente em apólice.
(2) Valor total de R\$ 1.000 mil por embarque.
(3) Valor total de U\$ 80.000 mil por embarque.

33. Remuneração dos Administradores e Empregados

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2016, foi de R\$ 24.938,80 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos) e R\$ 1.488,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e oito

reais), respectivamente (R\$ 23.198,00 e R\$ 1.344,00 em 31/12/2015), assim como, o salário médio no exercício de 2016 foi de R\$ 6.217,98 (seis mil, duzentos e dezessete reais e noventa e oito centavos) (R\$5.598,04, em 2015) computadas as vantagens e benefícios efetivamente recebidos, de acordo com a política salarial praticada pela empresa.

O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2016, segundo as normas estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 2.355/1987 e Lei n.º 8.852/1994, correspondeu a R\$ 33.763,00 (trinta e três mil setecentos e sessenta e três reais).

João Carlos Derzi Tupinambá
Presidente

Giovani Moreira
Diretor

Álvaro Luís de Souza Alves Pinto
Diretor

Marcelo Xavier de Castro
Diretor

Laércio Aguiar da Rocha
Diretor

Eduardo Rosin
Superintendente de Finanças

Daniel Moraes da Costa
Contador – CRC – RJ 101.628/0-3

Relatório dos Auditores Independentes acerca de Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da **INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL – INB**

1. Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais das INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à INB, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a INB continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a INB ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da INB.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos cha-

mar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a INB a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

5. Outros Assuntos

5.1 Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5.2 Informações de Natureza Social e Ambiental – Balanço Social

Examinamos também o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborado na forma da NBC T 15 aprovada pela Resolução nº 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, sob a responsabilidade da Administração da INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB, cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e portanto considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS's, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria preconizados na NBC TO 3000, "Trabalho

de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão", emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.160/2009, e suas eventuais alterações, e em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.

5.3 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

5.3.1 Relatório da Administração

A administração da INB é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa respon-

sabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.4 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 19 de fevereiro de 2016, sem ressalvas ou modificação de opinião.

Resende/RJ, 23 de fevereiro de 2017.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"RJ

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ
Sócio Sênior – Responsável Técnico

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Indústrias Nucleares do Brasil S. A. - INB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, bem como as Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis.

Com base nos documentos examinados, na Resolução do Conselho de Administração com manifestação favorável e no Relatório dos auditores independentes, AUDIMEC Auditores Independentes S/S sobre as demonstrações contábeis, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

Bárbara Verônica Dias Mágero Viana
Presidente do Conselho

Anderson Lozi da Rocha
Conselheiro

Luiz Antonio de Mello Rebello
Conselheiro

BALANÇO
SOCIAL

Informações de Natureza Social, Ambiental, Inserção Regional e Responsabilidade Social

Com a divulgação do Balanço Social de 2015, a INB manteve a classificação e a Certificação de Empresa Cidadã concedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro - CRCRJ em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN e a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro - FECOMÉRCIO.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desenvolvidos com base em pesquisas e conversas com os atores sociais vizinhos às unidades de Resende e Caetité, os programas de Comunicação, de Inserção Regional, de Responsabilidade Social e de Educação Ambiental têm como objetivo manter a população informada sobre as atividades da empresa e promover ações que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Em 2016, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Educação e Cultura

• Projeto Saber Mais

assinado o contrato com o Senai para realizar o projeto Saber Mais no município de Itatiaia. Os cursos acontecerão em 2017.

• Coral INB Radiante

Manteve as apresentações até dezembro de 2016;

• Programa Jovem Aprendiz

com os números a seguir:

Buena/RJ - 06 estudantes no curso de Assistente Administrativo;

Caetité/RJ - 15 estudantes no curso de Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais e 15 estudantes no curso de assistente administrativo;

Resende/RJ - 18 estudantes no curso de Mecânico de Usinagem;

Rio de Janeiro/RJ - 06 estudantes no curso Mecânico de Refrigeração.

• Espaço INB de Ciência, Tecnologia e Cultura

Instalado em uma construção estilo colonial do século 18 restaurada pela INB, no centro da cidade de Caetité, o Espaço é composto por exposições permanentes sobre o ciclo do combustível nuclear, a história da cidade e as riquezas minerais da Bahia. Durante o ano, ficou em cartaz a mostra temporária "Maravilha de Cenário" e houve a 1ª Exposição sobre a Marinha - realizada em parceria com a Agência Fluvial de Bom Jesus da Lapa.

Difusão do Conhecimento

A INB como empresa atuante na área de tecnologia e energia busca permanentemente estar presente em eventos que visem a difusão de conhecimento, divulgação e esclarecimento sobre os benefícios,

impactos e medidas de segurança do setor nuclear. Contaram com a participação da INB os seguintes eventos:

• **VII Feira do Comércio e Indústria de Santa Quitéria** - evento que reúne comerciantes, governo e empresas locais em Santa Quitéria/CE.

• **Lançamento do Caderno de Energia Nuclear da FGV Energia** - realizado na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ.

• **I Seminário de Políticas Públicas em Gestão Ambiental - UFF- Campus Atterrado** - Volta Redonda/RJ.

• **Simpósio da LAS/ANS 2016 - Latin American Section of the American Nuclear Society** - evento anual realizado no Rio de Janeiro/RJ que contou com o patrocínio da INB. Este foi o único patrocínio concedido no ano de 2016.

• **68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC** - realizada no Campus da Universidade Federal do Sul da Bahia em Porto Seguro - BA.

• **1ª Feira Científica do Programa Ciência na Escola** - realizada no Colégio Estadual Professora Lia Público de Castro, em Ibitira/BA.

• **VII Seminário Internacional de Energia Nuclear - SIEN** - realizado no Rio de Janeiro/RJ.

• **I Feira de Estágios da UNIFOA** - em Volta Redonda/RJ.

• **Exposição "Mundo MCTIC"** - em Brasília/DF.

• **Projeto Transformaê: Virada Educacional Bahia** - em Caetité/BA.

• **Feira de Educação** - realizada pelo Instituto de Educação Anísio Teixeira, em Caetité/BA.

Infraestrutura

• **Reforma da Praça Neném Prancha** - (da Cohab) de Engenheiro Passos através de um convênio com a Prefeitura Municipal de Resende. A praça conta com área de lazer e uma academia ao ar livre.

• **Projeto Sinalização** - convênio com a Prefeitura de Caldas com o objetivo de sinalizar e identificar as vias públicas e pontos de referência da cidade.

Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental é uma exigência do Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, as instituições precisam dialogar com seus trabalhadores e com as comunidades vizinhas às suas unidades industriais explicando de forma clara, constante e pedagógica as características de sua produção, além de informar a respeito da existência de riscos e impactos ambientais, esclarecer dúvidas e participar de discussões sociais sobre temas ambientais relevantes da região onde a empresa está instalada.

Em 2016, foram realizadas articulações com 44 instituições regionais e cinco nacionais para a realização de 22 atividades, no entorno da INB Resende. As principais ações foram:

• **"Sustentabilidade Já"** - programa com o objetivo de promover o debate de temas socioambientais. Neste ano, realizou a campanha de combate ao Aedes Aegypti junto às

prefeituras de Resende, Itatiaia, e instituições da região sul fluminense e a palestra sobre Pagamento de Serviços Ambientais em Resende.

- **“Conhecendo a INB”** – o programa realizou palestras sobre as atividades da Fábrica de Combustível Nuclear, nos municípios de Areias, Itatiaia, Resende e no distrito de Engenheiro Passos.

- **Parque Nacional do Itatiaia Vai à Escola - PNIVE** – participação da INB junto com a Prefeitura Municipal de Itatiaia, Resende e de Bocaina de Minas e a Associação Educacional Dom Bosco.

- **Curso de Multiplicadores de Educação Ambiental do Parque Nacional do Itatiaia - Parque Nacional do Itatiaia** – Associação Educacional Dom Bosco

- **Formação do Grupo Gestor** - Câmara Municipal de Areias; Prefeituras Municipais de Areias, Itatiaia e Resende. Este grupo conta com a inclusão de membros representantes do público alvo externo dos municípios de Areias, Itatiaia e Resende.

- **XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica (ENCOB)** - evento nacional de gestão participativa de recursos hídricos, organizado pelo Fórum Nacional de Recursos Hídricos. Aconteceu em Salvador / BA.

Em Caetité (BA), podem ser destacadas as seguintes atividades de educação ambiental:

- Divulgação em três emissoras de rádio da

região de spots, com duração máxima de 45 segundos, sobre os seguintes temas: água, resíduos sólidos e uso racional dos recursos naturais. Os spots foram veiculados em média 6 vezes por dia em cada emissora.

- **Palestras:** a partir dos temas indicados pelo público das áreas de influência da unidade através do Diagnóstico Socioambiental Participativo, realizado em 2015. A primeira série de palestras teve como enfoque dois temas: a radiação e os resíduos sólidos.

A palestra sobre resíduos sólidos aborda os benefícios da reciclagem para o meio ambiente e para a vida do cidadão. Participaram da primeira palestra um grupo composto por integrantes da Cooperativa de Reciclagem de Caetité (Coopericli), estudantes da Rede Pública de ensino e integrantes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Urbano. A palestra também foi apresentada a professores do município de Lagoa Real.

A palestra “Radiação: o que é? De onde vem? Como medir?” foi incluída no programa “Conversa com a Vizinhança” nas comunidades de Juazeiro, Barreiro e Riacho da Vaca. Na oportunidade também foi distribuída a cartilha “A radiação e nosso dia a dia”.

Programa “Conversa com a Vizinhança”

O “Conversa com a Vizinhança” é um encontro da empresa com as comunidades que ficam no seu entorno. Uma equipe de Comunicação da INB vai até a casa das famílias ou na associação de moradores para ouvir o que eles têm a dizer e também para levar informações e esclarecer dúvidas.

Foram realizadas visitas e palestras para moradores das seguintes comunidades: Juazeiro, Barreiro e Riacho da Vaca (duas vezes) e São Timóteo (também duas vezes).

| Conversa com a vizinhança | Data | Quantidade |
|---------------------------|------------|------------|
| Juazeiro | 31/03/2016 | 27 |
| Barreiro | 07/04/2016 | 23 |
| Riacho da Vaca | 28/04/2016 | 30 |
| São Timóteo | 12/05/2016 | 67 |
| São Timóteo | 21/07/2016 | 43 |
| Riacho da Vaca | 11/08/2016 | 24 |
| Total | | 214 |

Visita às Unidades da INB

A INB promove em todas as suas unidades, incluindo também o Espaço INB de Ciência, Tecnologia e Cultura, programa permanente de visitas, mantendo sempre suas portas abertas para as comunidades, instituições de ensino, autoridades locais e atendendo às solicitações recebidas.

O total de visitantes foi de 5.021, uma quantidade 14% maior em relação a 2015.

| Local | Quantidade de Visitantes |
|----------------------------|--------------------------|
| Espaço INB em Caetité (BA) | 3.240 |
| Resende (RJ) | 950 |
| Caetité (BA) | 433 |
| Caldas (MG) | 258 |
| Buena (RJ) | 140 |
| Total | 5.021 |

Meio ambiente, reflorestamento e recuperação ambiental

Cada uma das unidades da empresa desenvolve programas próprios de preservação, restauração do meio ambiente e ações destinadas a minimizar o impacto ambiental de suas atividades.

Programa de Preservação e Recuperação Ambiental – Reabilitação de Mata Ciliar, Reflorestamento e Fauna, programa inserido nas condicionantes de licença de operação da FCN – Fábrica de Combustível Nuclear: Em 2016, o projeto resultou na produção de 14.825 mudas de espécies nativas e no plantio de 8.462 mudas de 43 espécies arbóreas. Além disso, foram doadas mais de 2 mil mudas para o público interno e externo. Foram processadas ainda 92,1 toneladas de resíduos orgânicos do restaurante, 21,6 toneladas de aparas de jardins e 162 kg de papel, usadas na produção do composto utilizado na recuperação do solo e produção de mudas. Em parceria com o Instituto Butantan, a INB recolheu das áreas verdes e das áreas industriais de Resende um total de 299 aranhas da espécie *Phoneutria nigriventer* e 157 escorpiões da espécie *Tityus serrulatus*. Essas espécies são levadas ao instituto para produção de soros antiaracnídico e antiescorpiônico.

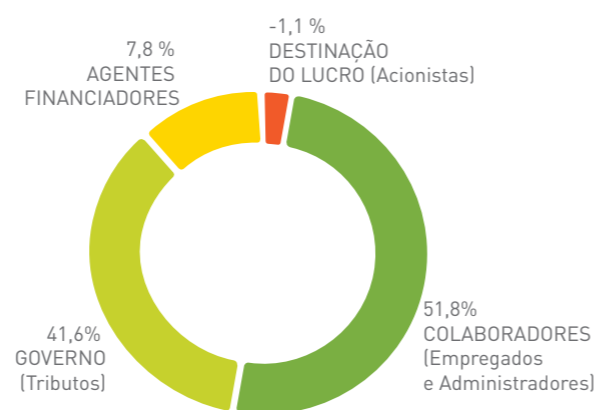
Recuperação Ambiental de Caetité: Na Unidade de Caetité, as atividades extrativas e operacionais obedecem à legislação ambiental vigente. Dessa forma, as áreas são recompostas à medida que a lavra é efetuada. Ao longo do ano, foram doadas 21.380 mudas de espécies da região, produzidas no horto florestal da unidade. No período, também foram distribuídos 6.651,5 gramas de sementes.

Descontaminação do Terreno, Manutenção do Galpão e Estocagem de Rejeitos e Resíduos Radioativos e Recuperação Ambiental – Unidade São Paulo: Os estabelecimentos da INB estão localizados em São Paulo, o primeiro na zona sul da capital, em terreno de 60 mil m2 e o segundo no município de Itu, em área rural de aproximadamente 282,5 mil m2, ambos destinados à estocagem de torta II e rejeitos radioativos oriundos das operações de processamento químico da monazita ocorrido entre as décadas de 40 e 90. Em 2016 a unidade de São Paulo trabalhou principalmente no tratamento e análise da água retirada do entorno do Ponto de Monitoração - PM-05C, na descontaminação da Área Controlada Temporária 7 e deu início no processo de caracterização da Área Controlada Temporária 9.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo demonstrar ao público dados sobre a geração de riqueza e sua distribuição por uma companhia. Na prática, trata-se de um relatório onde estão classificadas e rateadas as informações de natureza econômica entre os diversos segmentos envolvidos no processo produtivo. A DVA torna-se, portanto, uma integrante fundamental nas demonstrações contábeis quando falamos em Sustentabilidade e Balanço Social.

A empresa registrou crescimento de 2,32% no Valor Adicionado Total a Distribuir, que passou de R\$ 455.502 mil para R\$ 466.055 mil. O percentual referente a “Colaboradores” permaneceu com o maior percentual (51,8%), seguido pelo do “Governo” (41,6%). Em termos de variação, a mais elevada foi a referente à “Destinação do Lucro” onde a empresa havia gerado um resultado positivo em 2015, mas obteve prejuízo no exercício de 2016, acarretando em uma variação de 7,52%.



A DVA foi elaborada em conformidade com as demonstrações contábeis e foram submetidas a procedimentos de auditoria juntamente com as demais demonstrações da empresa.

Balanço Social Informações de Natureza Social e Ambiental

| | Em milhares de reais | | | |
|--|----------------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31.12.16 | | 31.12.15 | |
| 1. Geração e Distribuição de Riqueza - DVA | R\$ Mil | Distrib % | R\$ Mil | Distrib % |
| Colaboradores | 241.226 | 51,8% | 219.164 | 48,1% |
| Governo | 193.796 | 41,6% | 155.574 | 34,2% |
| Financiadores | 36.349 | 7,8% | 51.716 | 11,4% |
| Acionistas | -5.316 | -1,1% | 29.048 | 6,4% |
| Total | 466.055 | 100,0% | 455.502 | 100,0% |

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|----------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| 2. Base de cálculo dos indicadores | R\$ Mil | R\$ Mil |
| Receita Operacional Líquida (ROL) | 691.801 | 586.935 |
| Resultado Líquido do Exercício (RLE) | (5.316) | 29.048 |
| Folha Pagamento Bruta (FPB) - Remuneração, Encargos e Previdência Complementar (excluído o valor gasto com Terceirizados e Benefícios Concedidos a Empregados) | 253.711 | 233.196 |

| Em milhares de reais | | | | | | |
|--|----------------|---------------|--------------|----------------|---------------|--------------|
| 3. Recursos Humanos | | | | | | |
| | | 31.12.16 | | | 31.12.15 | |
| 3.1. Remuneração bruta | R\$ Mil | % S/RH | % S/ROL | R\$ Mil | % S/RH | % S/ROL |
| Empregados | 176.950 | 61,4% | 25,6% | 161.320 | 61,3% | 27,5% |
| Administradores | 2.297 | 0,8% | 0,3% | 2.213 | 0,8% | 0,4% |
| Terceirizados | 206 | 0,1% | 0,0% | 227 | 0,1% | 0,0% |
| Total | 179.453 | 62,3% | 25,9% | 163.760 | 62,2% | 27,9% |
| 3.2 - Encargos sociais | 61.181 | 21,2% | 8,8% | 57.730 | 21,9% | 9,8% |
| 3.3 - Benefícios concedidos | | | | | | |
| Previdência Complementar Fechada | 13.283 | 4,6% | 1,9% | 11.933 | 4,5% | 2,0% |
| Alimentação | 11.203 | 3,9% | 1,6% | 9.171 | 3,5% | 1,6% |
| Transporte | 9.170 | 3,2% | 1,3% | 7.882 | 3,0% | 1,3% |
| Assistência Médica e Odontológica | 10.458 | 3,6% | 1,5% | 9.744 | 3,7% | 1,7% |
| Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal | 351 | 0,1% | 0,1% | 362 | 0,1% | 0,1% |
| Seguro de Vida em Grupo | 320 | 0,1% | 0,0% | 555 | 0,2% | 0,1% |
| Outros Benefícios | 2.579 | 0,9% | 0,4% | 2.172 | 0,8% | 0,4% |
| Total | 47.364 | 16,4% | 6,8% | 41.817 | 15,9% | 7,1% |
| Total de recursos humanos | 287.998 | 100,0% | 41,6% | 263.307 | 100,0% | 44,9% |

Relação entre a maior e a menor remuneração

| | | |
|---------------------------|------------|------------|
| Empregado (Maior / Menor) | 24,9 / 1,5 | 23,2 / 1,3 |
| Diretoria (Maior) | 33,8 - | 33,8 - |

| Em milhares de reais | | |
|---|----------|----------|
| 3.4. Composição do corpo funcional | | |
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Total de empregados | 1361 | 1383 |
| Total de admissões | 25 | 49 |
| Total de demissões | 47 | 44 |
| Total de estagiários | 76 | 79 |
| Total de portadores de necessidades especiais | 19 | 20 |
| Total de negros | 98 | 98 |
| Total de funcionários sexo feminino | 313 | 314 |
| Total funcionários sexo masculino | 1048 | 1069 |
| Percentual de negros ocupando cargos de chefia | 3% | 1% |
| Percentual de ocupantes de cargo de chefia sexo feminino | 13% | 14% |
| Percentual de ocupantes de cargo de chefia sexo masculino | 87% | 86% |
| Total de empregados por faixa etária: | | |
| . de 18 a 35 anos | 386 | 445 |
| . de 36 a 45 anos | 348 | 321 |
| . de 46 a 60 anos | 449 | 465 |
| . Acima de 60 anos | 178 | 152 |
| Total de empregados por nível de escolaridade: | | |
| . Com ensino fundamental | 24 | 25 |
| . Com ensino médio | 453 | 460 |
| . Com ensino técnico | 402 | 409 |
| . Com ensino superior | 352 | 357 |
| . Pós-graduados | 130 | 132 |

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|----------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Ações trabalhistas movidas contra empresa | | |
| Número de processos trabalhistas existentes contra empresa até o término do exercício | 535 | 624 |
| Número de processos trabalhistas movidos contra empresa ao longo do exercício | 116 | 106 |
| Número de processos trabalhistas julgados procedentes com trânsito julgado ao longo do exercício e independente do ano de propositura da ação | 56 | 36 |
| Número de processos trabalhistas julgados improcedentes com trânsito julgado ao longo do exercício e independente do ano de propositura da ação | 47 | 58 |
| Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil) | 850 | 13.141 |
| Ações ambientais movidas contra empresa | | |
| Números de processos (administrativos e judiciais) existentes envolvendo matéria ambiental tramitando como ré até o término do exercício | 66 | 36 |
| Números de processos (administrativos e judiciais) envolvendo matéria ambiental movidos contra a empresa ao longo do exercício | 4 | 2 |
| Números de processos (administrativos e judiciais) envolvendo matéria ambiental julgados procedentes com decisão definitiva ao longo do exercício e independente do ano de propositura da ação | 2 | 1 |
| Números de processos (administrativos e judiciais) envolvendo matéria ambiental julgados improcedentes com decisão definitiva ao longo do exercício e independente do ano de propositura da ação | - | 1 |
| Valor das multas e das indenizações relativas a matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente (R\$ Mil) | 18 | 35 |

| | Em milhares de reais | |
|---|----------------------|------------|
| | 31.12.16 | 31.12.15 |
| 4. Interação da entidade com ambiente externo | | |
| 4.1 - Interação com a comunidade | | |
| Educação e Cultura | | |
| Projeto Saber Mais | - | 82 |
| Projeto Jovem Aprendiz (Buena, Caetitê, Rio de Janeiro e Resende) | 202 | 193 |
| Festa do Mês da Criança - Caetitê (BA) | - | 2 |
| Espaço INB de Ciência, Tecnologia e Cultura - Caetitê (BA) | 238 | 363 |
| Colaboradores da INB que formam o Coral Radiante | 23 | 14 |
| XXVIII Exposição Agropecuária de Guanambi | 1 | - |
| Universidade do Estado da Bahia - Materiais Gráficos | - | 2 |
| Outras Ações de Apoio a Educação e Cultura | 5 | 6 |
| Difusão do Conhecimento | | |
| International Nuclear Atlantic Conference - INAC 2015 | - | 100 |
| XXVI Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa - ENTMME | - | 12 |
| XVI Congresso Brasileiro de Energia - CBE 2015 | - | 20 |
| Semana de Engenharia Nuclear | - | 5 |
| Programa de Aceitação Pública da Energia Nuclear - APUB / ABEN | - | 137 |
| 2016 Annual Symposium of the L. A. Section of the American Nuclear Society - LAS/ANS 2016 | 17 | - |
| 6º Seminário Internacional sobre Energia Nuclear - SIEN 2015 | - | 4 |
| Saúde | | |
| Apoio à Campanha de Doação de Sangue do Hemonúcleo de Resende (RJ) | 2 | 2 |
| Infraestrutura | | |
| Projeto Sinalização - (Convênio com a Prefeitura Municipal de Caldas) | 197 | - |
| Geração de Renda: | | |
| Movimento das Mulheres Camponesas da Bahia | - | 1 |
| Outras Ações de Apoio a Geração de Renda | - | 3 |
| Outros Apoios: | | |
| Nos Municípios de Caetitê, Lagoa Real, S.F. de Itabapoana e Resende | - | 4 |
| Total Investimentos com a Comunidade | 685 | 950 |



INB Rio - Sede

Av. República do Chile, 230 - salas 2401 a 2501
Centro - Rio de Janeiro / RJ
CEP: 20.031-919
Telefone: (21) 3797-1600
FAX: (21) 2537-9391
e-mail: inbrio@inb.gov.br

INB Caetité

Fazenda Cachoeira s/nº Caixa Postal: 7
Caetité BA CEP 46400 000
Tel: (77) 3454 4831
Fax: (77) 3454 4803
e-mail: inbcaetite@inb.gov.br

INB Resende

Fábrica de Combustível Nuclear – FCN
Rodovia Presidente Dutra, km 330
Engenheiro Passos Resende RJ
CEP 27555000
Caixa Postal: 83632
CEP 27580 970 Itatiaia RJ
Tel: (24) 3321 8844 / 3321 8880
(DDR - discagem direta a ramal)
Faxes: (24) 3321 8733 / (24) 3321 8904
e-mail: inbresende@inb.gov.br

www.inb.gov.br

Editado por Assessoria de Comunicação
Institucional e Corporativa

Coordenação Editorial
Gabriela Marchesin

Redação
Carla Clark e Rosana Soares

Produção Executiva
Lígia Brütt

Fotografias
Acervo INB

Projeto Gráfico
Grevy Design e Comunicação

INB Buena

2º Distrito de São Francisco de Itabapoana
Caixa Postal: 123191 CEP 28230 972
Buena RJ
Telefone: (22) 2789 0101
Fax: (22) 2789 0101
e-mail: inbbuena@inb.gov.br

INB Caldas

Rodovia Poços- Andradas, km 20,6
Caldas MG CEP 37780 000
Caixa Postal: 961
Poços de Caldas MG
CEP 37701 970
Tel: (35) 2107 3100 PABX
Fax: (35) 3722 1910
e-mail: inbcaldas@inb.gov.br

INB Fortaleza

Avenida Santos Dumont, 1789
salas 1710 a 1715 Aldeota
Fortaleza CE CEP 60150 160
Tel: (85) 3246 3310
Fax: (85) 3246 3833

INB São Paulo

Rua Miguel Yunes, 115 Jurubatuba
Interlagos São Paulo SP
CEP 04444 000
Tels: (011) 5631 7611 / 0470

Em milhares de reais

31.12.16 31.12.15

4.2. Interação com clientes

| | | |
|--|-----|-----|
| Reclamações recebidas diretamente na empresa e/ou pelos órgãos de defesa do consumidor | N/H | N/H |
| Reclamações recebidas através de notificações judiciais | N/H | N/H |
| Montante de indenizações pagas a clientes | N/H | N/H |

Obs.: O principal cliente da companhia é a Eletronuclear, empresa estatal, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, operadora das usinas nucleares de Angra I, II e III.

4.3. Interação com fornecedores

| | | |
|---|-----|-----|
| Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa. | Sim | Sim |
|---|-----|-----|

Em milhares de reais

31.12.16 31.12.15

5. Interação com o meio ambiente R\$ Mil % s/RLE % s/ROL R\$ Mil % s/RLE % s/ROL

5.1. Unidade Resende

| | | | | | | |
|--|-------|--------|------|-------|------|------|
| Atividades de preservação e recuperação ambiental, educação e sensibilização ambiental | 1.004 | -18,9% | 0,1% | 2.705 | 9,3% | 0,5% |
|--|-------|--------|------|-------|------|------|

5.2. Unidade de Poços de Caldas

| | | | | | | |
|---|---|------|------|----|------|------|
| Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD e educação ambiental | - | 0,0% | 0,0% | 76 | 0,3% | 0,0% |
|---|---|------|------|----|------|------|

5.3. Unidade de Caetité

| | | | | | | |
|---|-------|--------|------|-------|-------|------|
| Atividades de preservação, recuperação ambiental e educação ambiental | 2.773 | -52,2% | 0,4% | 2.975 | 10,2% | 0,5% |
|---|-------|--------|------|-------|-------|------|

5.4. Unidade de São Paulo

| | | | | | | |
|---|-----|-------|------|-----|------|------|
| Atividades de descontaminação do terreno, manutenção do galpão e estocagem de rejeitos e resíduos radioativos e recuperação ambiental | 425 | -8,0% | 0,1% | 592 | 2,0% | 0,1% |
|---|-----|-------|------|-----|------|------|

Daniel Moraes da Costa
Contador - CR RJ 101.628/O-3



MINISTÉRIO DA
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

